



Número: **0822512-97.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **17ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **16/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 20.000,00**

Assuntos: **PLANOS DE SAÚDE**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONCA (AUTOR)		JOÃO BRITO DE GOIS FILHO (ADVOGADO)	
		Bruno Campos Lira (ADVOGADO)	
BRADESCO SAUDE S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21220002	16/05/2019 11:04	Petição Inicial	Petição Inicial
21220024	16/05/2019 11:04	Inicial	Outros Documentos
21220025	16/05/2019 11:04	Procuração	Procuração
21220027	16/05/2019 11:04	Documento pessoal	Documento de Identificação
21220029	16/05/2019 11:04	GuiaCustas (2)	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
21220043	16/05/2019 11:04	Cartão do Plano de saúde	Documento de Comprovação
21220048	16/05/2019 11:04	Laudo medico e Solicitação	Documento de Comprovação
21220452	16/05/2019 11:04	Negativa cobertura	Documento de Comprovação
21259285	17/05/2019 11:57	Decisão	Decisão
21321600	20/05/2019 19:25	Certidão	Certidão
21332545	21/05/2019 10:54	Petição	Petição
21332701	21/05/2019 10:54	Pet. Indicando Endereço	Informações Prestadas
21488992	27/05/2019 15:54	Decisão	Decisão
21563930	29/05/2019 16:39	Mandado	Mandado
21670377	03/06/2019 15:15	Expediente	Expediente
21670378	03/06/2019 15:15	Expediente	Expediente
21670381	03/06/2019 15:15	Carta	Carta
21727507	04/06/2019 18:40	Devolução de Mandado	Devolução de Mandado
21751565	05/06/2019 11:16	Certidão	Certidão

21896 377	10/06/2019 17:40	Devolução de Mandado	Devolução de Mandado
21896 389	10/06/2019 17:40	bradesco saude	Devolução de Mandado
22571 229	09/07/2019 15:29	Petição	Petição
22571 233	09/07/2019 15:29	MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONCA	Documento de Identificação
22571 235	09/07/2019 15:29	Proc gerentes 2016_2016_09_14_13_53_37_276 - Copyok	Procuração
22571 236	09/07/2019 15:29	subs - MANDALITI PROCURAÇÃO BRADESCO SEGUROS - ATUALIZADA EM 28-3-2018 OTIMIZADO	Procuração
22571 239	09/07/2019 15:29	SUBSTABELECIMENTO - BRADESCO	Substabelecimento
22571 245	09/07/2019 15:29	KIT - Bradesco Saúde_Parte1	Outros Documentos
22571 246	09/07/2019 15:29	KIT - Bradesco Saúde_Parte2	Outros Documentos
22571 649	09/07/2019 15:29	KIT - Bradesco Saúde_Parte3	Outros Documentos
22608 141	10/07/2019 15:12	Minuta de Acordo	Petição
22608 144	10/07/2019 15:12	8400339_MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONCA MINUTA DE ACORDA	Documento de Identificação
23685 738	20/08/2019 18:11	Petição	Petição
23685 741	20/08/2019 18:11	8499499_JUNTADA - COMPROVANTE DE PGTO DE ACORDO -MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONCA	Outros Documentos
23685 746	20/08/2019 18:11	8499499_MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONCA COMPROVANTE DE PAGAMENTO	Outros Documentos
23695 576	21/08/2019 10:13	Substabelecimento	Substabelecimento
23695 578	21/08/2019 10:13	8359086_SUBS - PB	Substabelecimento
23741 955	22/08/2019 12:26	Termo de Audiência	Termo de Audiência
23741 957	22/08/2019 12:26	04. MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONCA X BRADESCO SAUDE S.A	Termo de Audiência
23774 867	23/08/2019 09:29	Citação	Citação
23774 877	23/08/2019 09:29	0822512-97.2019.8.15.2001	Aviso de Recebimento

Inicial e documentos em PDF anexo



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____
VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB.**

MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONÇA, brasileira, casada, servidora pública, portadora do RG n.º 869456 SSP/PB e do CPF n.º 364.836.134-15, residente e domiciliada na Rua Agenor Lacet, n.º 247, apto. 1201, Brisamar, João Pessoa/PB – CEP 58033-455, neste ato representada por seus procuradores e advogados legalmente constituídos, que esta subscrevem, todos com escritório profissional situado à Av. Presidente Epitácio Pessoa, n.º 1.251, Loja 07, Empresarial Epitácio Pessoa, Bairro dos Estados, João Pessoa/PB, onde recebem as notificações de praxe, vem, respeitosamente, à ilustre presença de Vossa Excelência, ajuizar a presente ...

**AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM INDENIZAÇÃO POR DANOS
MORAIS E PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA LIMINAR**

Em face da **BRADESCO SAÚDE S.A.**, sociedade seguradora de seguros de saúde, inscrita no CNPJ n.º 92.693.118/0001-60, estabelecida na R. Barão de Itapagipe, n.º 225, Rio Comprido, Rio de Janeiro/RJ – CEP 20.261-000, pelas razões fáticas e jurídicas a seguir delineadas.

1. PRELIMINARMENTE:

1.1 DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA:

A postulante desde já **REQUER** que lhe sejam concedidos os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, pois não tem condições de arcar com as despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e da família.

Este pedido tem amparo na Lei 1.060/50 e respaldo, também, no entendimento do Tribunal de Justiça da Paraíba, já sumulado, cuja súmula se transcreve:

Av. Epitácio Pessoa, 1251 - Loja 07 - Emp. Epitácio Pessoa
Bairro dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58030-001
Tel.: 83 3225.6306 - Fax: 3243.0247



“SUMULA Nº 29 – Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios de assistência judiciária, a recorrer aos serviços da defensoria pública.” (Publicado no DJ dos dias 29, 30 e 31/05/1998 – extraído da Revista do Foro – TJ/PB, vol. 98, ano 97.2, pg.)

A promovente possui graves problemas de saúde, não tendo, portanto, não possuindo condições de arcar com as custas processuais.

2. DOS FATOS:

A autora é consumidora de plano de saúde disponibilizado pela empresa promovida - **BRADESCO SAÚDE S.A**, conforme atesta o cartão em anexo.

A autora é portadora de Artrite reumatoide soro-positiva – Síndrome de Felty (CID 10 – M050), bem como de Vasculite Livedóide (CID 10 – L95.0).

Conforme laudo médico prescrito pela médica Dra. Eutilia Freire (reumatologista), a Sra. Maria Cristina Araújo do Vale, tem Vasculite MMI Artrite em fase de Vasculite intestinal com crise no intestino e lesões ulceradas e exposição de tecidos e necrose de MMI. **JÁ TENDO FEITO USO DE METOTREXATO E CORTICOIDE SEM MELHORA NECESSITANDO USO DE ANTI-TNF URGENTE SOBRE O RISCO DE AMPUTAÇÃO DOS MEMBROS INFERIORES POR VASCULITE E ARTRITE.**

O tratamento recomendado à paciente é através do anti-TNF infliximabe Remicade na dose 5mg/kg/doses, intravenoso no esquema inicial: semana 0, semana 2, emana 6 a partir da então a cada 8/8 semanas.

Ainda segundo a recomendação médica “é imprescindível tal adequação do tratamento, pelo risco de agravamento do quadro.”

A dose recomendada do fármaco: 300mg (03 frasco-ampola por infusão).

Av. Eptácio Pessoa, 1251 - Loja 07 - Emp. Eptácio Pessoa
Bairro dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58030-001
Tel.: 83 3225.6306 - Fax: 3243.0247



Ocorre que para surpresa da consumidora a medicação solicitada pelos médicos foi NEGADA pelo plano de saúde promovido, sob o argumento de a paciente não estaria preenchendo o rol de procedimentos da ANS, documento em anexo.

Destarte, considerando que os laudos médicos, anexados à presente, indicam o risco de amputação dos membros inferiores por vasculite e artrite, é que a consumidora busca o Poder Judiciário para garantir a absoluta prioridade aos direitos fundamentais à vida, à saúde e a dignidade da pessoa humana, além de ser indenizada pelos danos morais, decorrentes da ilegal e abusiva recusa no fornecimento da medicação

3. DO DIREITO:

A Carta Magna, já no artigo 1º, III, elevou como fundamento do Estado Brasileiro a dignidade da pessoa humana. Ademais, gravou com especial proteção de direito fundamental, no artigo 5º, a inviolabilidade do direito à vida. Sob a rubrica da Ordem Social a Carta de 1998, ressaltou ser a saúde "direito de todos e dever do Estado" a ser garantido mediante "políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

De salientar que, diante pujante realidade do consumo de planos de saúde, as avenças pactuadas entre particulares não podem ser acolhidas de forma inexorável, principalmente quando a manifestação de vontade das partes, gênese das obrigações, não é dotada de inabalável plenitude. Observa-se a desproporção quando, diante de um consumidor em particular soergue-se a magnitude das Seguradoras de Plano de Saúde, não restando ao indivíduo qualquer alternativa se não o aceite de todas as cláusulas presentes na avença em franca mitigação da autonomia da vontade.

A proteção oferecida pela Constituição Federal à dignidade da pessoa humana e o direito à saúde são a gênese constitucional de princípios que irradiam suas forças estruturantes por todo o ordenamento jurídico e exsurgem das normas consumeristas e também da chamada Lei dos Planos de Saúde. Neste sentido:

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo,

Av. Eptácio Pessoa, 1251 - Loja 07 - Emp. Eptácio Pessoa
Bairro dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58030-001
Tel.: 83 3225.6306 - Fax: 3243.0247



atendidos os seguintes princípios:

I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

Nesse escopo, quando o contrato, como o no caso em tela é adesão, mormente aqueles pertinentes a relações de consumo, o princípio do pacta sunt servanda deve sofrer uma acentuada mitigação diante da plena vigência do Código de Defesa do Consumidor, que prescreve:

Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:

[...]

V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;

VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

[...]

Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

[...]

IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;

[...]

§ 1º. Presume-se exagerada, entre outros casos, a vantagem que:

I - ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence;

II - restringe direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou o equilíbrio contratual;

Ora, Douto Julgador, o Código de Defesa do Consumidor é absolutamente claro no sentido de que as cláusulas contratuais devem ser interpretadas de modo mais favorável ao consumidor (artigo 47) e é incompatível o plano obstar o início, limitar o tempo de internação e o valor ou **desautorizar tratamento indicado por médico que, inclusive, é-lhe credenciado.**

Assim sendo, forçoso reconhecer que não pode o(a) promovido(a) simplesmente esquivar-se de cumprir com sua obrigação, sem qualquer justificativa, inclusive. Vê-se, portanto, que o comportamento dispensado pela demandada, a toda evidência, mostra-se divorciado dos preceitos constitucionais pátrios, merecendo, de logo, a devida reprimenda pelo Poder Judiciário.

É saliente que no CDC há uma proibição legal às restrições de direitos, quando consagrou o princípio da proteção do consumidor contra as disposições abusivas, estabelecendo um sistema próprio de nulidades, em razão



de ser considerada questão de ordem pública a aludida proteção. Ainda, garantiu a possibilidade de revisão das cláusulas contratuais nulas, porquanto abusivas.

Ademais, a melhor doutrina acompanha de forma uníssona decisões de cortes superiores, quando reconhece que a saúde representa um bem personalíssimo, uno e indisponível, razão pela qual são colhidas decisões cada vez mais favoráveis aos direitos fundamentais do homem-cidadão: vida e saúde.

Sobre o direito à saúde, o professor José Afonso da Silva, em sua obra “Curso de Direito Constitucional Positivo”, discorre com maestria:

“A vida humana, que é o objeto do direito assegurado no art. 5º, caput, integra-se de elementos materiais (físicos e psíquicos) e imateriais (espirituais). A vida é intimidade conosco mesmo, saber-se e dar-se conta de si mesma, um assistir a si mesma e tomar posição de si mesma. Por isso é que ela constitui a fonte primária de todos os outros bens jurídicos”. (destaques nossos)

O fato é que, excelência, **não pode a promovente ficar à míngua dos interesses da requerida, impossibilitada de ter os merecidos cuidados no que tange ao tratamento domiciliar por completo, que é absolutamente necessário**, conforme se pode verificar pelos documentos trazidos à colação.

Destarte, Excelência, a negativa de fornecimento integral de tratamento na busca da amenização do sofrimento da suplicante encontra-se em descompasso com a legislação do consumidor, além de ofender o princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado a nível constitucional, e observado pela Lei Federal nº 9.656/98, que trata dos Planos de Saúde.

Como se sabe, a judicialização das querelas envolvendo planos de saúde diz respeito, principalmente, às cláusulas abusivas que colocam o consumidor em desvantagem excessiva, como por exemplo as previsões de cláusulas limitativas ou restritivas de procedimentos médicos, em colisão direta com as recomendações médicas.

Embora não tenha recebido uma cópia contratual, mas, ainda que contenha o malsinado contrato alguma cláusula expressa a excepcionar o tratamento domiciliar, na hipótese há de ser aplicado o artigo 47 do CDC, que diz: “As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor”.

Na espécie, o fornecimento de tratamento domiciliar, inclusive com todos os produtos e materiais, é essencial à recuperação da saúde do requerente, que necessita de acompanhamento clínico e multidisciplinar (fisioterapias, nutricionista, terapeuta ocupacional, entre outros), bem como para evitar infecção hospitalar.



O tratamento domiciliar é, assim, mera continuidade do tratamento hospitalar, retirando, de um lado, os riscos de infecções para a paciente e, de outro, libera o leito no hospital para outros que dele necessitam.

Negar o fornecimento do tratamento integral à autora encontra-se em descompasso com a legislação do consumidor, além de ofender ao princípio da dignidade humana, consagrado a nível constitucional, e observado pela Lei nº 9.656/98, que trata dos Planos de Saúde, *in verbis*:

Art. 12. [...]

II - quando incluir internação hospitalar:

d) cobertura de exames complementares indispensáveis para o controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica, fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões e sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme prescrição do médico assistente, realizados ou ministrados durante o período de internação hospitalar;

Art. 35-C. É obrigatória a cobertura do atendimento nos casos:

I - de emergência, como tal definidos os que implicarem risco imediato de vida ou de lesões irreparáveis para o paciente, caracterizado em declaração do médico assistente;

"Art. 35-F. A assistência a que alude o art. 1º desta Lei compreende todas as ações necessárias à prevenção da doença e à recuperação, manutenção e reabilitação da saúde, observados os termos desta Lei e do contrato firmado entre as partes."

Da leitura dos enunciados legais, depreende-se que a recusa em conferir cobertura integral a tratamento indicado pelo médico desvirtua o próprio objeto do serviço contratado, gerando ganhos sem amparo na prestação do serviço.

A respeito do assunto, julgado do STJ perfeitamente aplicável à elucidação da matéria:

"Tratando-se de contrato de seguro-saúde sempre haverá a possibilidade de consequências danosas para o segurado, pois este, após a contratação, costuma procurar o serviço já em evidente situação desfavorável de saúde, tanto a física como a psicológica. II. Conforme precedentes das Turmas que compõem a Segunda Seção, a recusa indevida à cobertura pleiteada pelo segurado é causa de danos morais, pois agrava a sua situação de aflição psicológica e de angústia no espírito." (AgRg no REsp 1172778 PR, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turmas, julgado em 18/05/2010, DJe 31/05/2010)."

Dessa forma, não reluz razoável e justificável que se acolha a obstrução do impostergável tratamento da promovente, pois é condição "*sine qua*



non” para sua própria sobrevivência. Certamente não é desígnio do ordenamento jurídico pátrio que a requerente fique ao talante dos interesses da empresa ré, razão pela qual aquela se vale do presente meio jurisdicional.

A jurisprudência dos tribunais pátrios é firme em reconhecer que o plano de saúde pode estabelecer as doenças que terão cobertura, mas não o tipo de tratamento a ser utilizado. Veja-se:

SEGURO SAÚDE. COBERTURA. CÂNCER DE PULMÃO. TRATAMENTO COM QUIMIOTERAPIA. CLÁUSULA ABUSIVA.

1. O plano de saúde pode estabelecer quais doenças estão sendo cobertas, mas não que tipo de tratamento está alcançado para a respectiva cura. Se a patologia está coberta, no caso, o câncer, é inviável vedar a quimioterapia pelo simples fato de ser esta uma das alternativas possíveis para a cura da doença. A abusividade da cláusula reside exatamente nesse preciso aspecto, qual seja, não pode o paciente, em razão de cláusula limitativa, ser impedido de receber tratamento com o método mais moderno disponível no momento em que instalada a doença coberta. 2. Recurso especial conhecido e provido. (STJ, REsp 668.216/SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, 3a T., j. em 15.03.2007, DJ 02.04.2007, p. 265).

Na mesma senda são as decisões recentes do **E. Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba**, *in verbis*:

RECURSO APELATÓRIO DA AUTORA. INTERPOSIÇÃO ANTERIOR AO JULGAMENTO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO NO PRAZO RECURSAL. AUSÊNCIA. APELO EXTEMPORÂNEO. PRECEDENTES DO STJ, STF E DESTA CORTE. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DO ENUNCIADO DE SÚMULA N. 418 DO STJ. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. "A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de ser extemporânea a apelação interposta na pendência de julgamento dos Embargos de Declaração, ainda que apresentados pela parte contrária ou rejeitados, sem que ocorra a posterior e necessária ratificação dentro do prazo legal." Nesse cenário, não tendo a Apelante ratificado o apelo interposto antes dos julgamento dos embargos de declaração, tal comportamento resulta em não conhecimento do seu recurso, conforme se observa da reiterada jurisprudência do STJ, STF e desta Corte. Diante disso, aplica-se, por analogia, o enunciado da Súmula 418/STJ, que assim dispõe: "É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação". RECURSO VOLUNTÁRIO DA DEMANDADA (UNIMED). CONTRATO

Av. Epitácio Pessoa, 1251 - Loja 07 - Emp. Epitácio Pessoa
Bairro dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58030-001
Tel.: 83 3225.6306 - Fax: 3243.0247



DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES. ATENDIMENTO DOMICILIAR (HOME CARE). RELAÇÃO DE CONSUMO. PACIENTE COM DIVERSAS MOLÉSTIAS CONCOMITANTES. INDICAÇÃO MÉDICA. SUBSTITUIÇÃO A INTERNAÇÃO HOSPITALAR. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ E TJ/PB. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. APLICAÇÃO DO (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 01068663520128152001, - Não possui -, Relator DES. JOSE AURELIO DA CRUZ, j. em 16-02-2016)

CONSUMIDOR AÇÃO CAUTELAR APELAÇÕES CÍVEIS Plano de Saúde. Moléstia grave. Sistema home care . Deferimento. Irresignações. PRIMEIRO RECURSO. Unimed Fortaleza. Alusão a contrato. Atendimento domiciliar. Modalidade de internação prevista que pode ser entendida como sistema home care . Submissão ao CDC. Prevalência dos direitos à vida e à dignidade da pessoa humana. SEGUNDO RECURSO. Unimed João Pessoa. Preliminar. Arguição de Ilegitimidade passiva. Sistema de cooperativas. Teoria da aparência. Rejeição. Responsabilidade pelo atendimento de usuário do conglomerado Unimed. . DESPROVIMENTO DOS APELOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. - ... Pessoas jurídicas pertencentes ao mesmo conglomerado econômico art. 28, § 2º, do CDC. Natureza de cooperativa desinfluyente à elucidação d controvérsia. Utilização de idêntica logomarca por todas as pessoas jurídicas integrantes do sistema unimed. Atuação conjunta das cooperativas exaltada em propaganda comercial. Aplicação da teoria da aparência. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada. Precedentes deste tribunal. Risco de dano inverso não caracterizado. Decisão mantida. Recurso desprovido. TJRJ; AI 0058337-94.2011.8.19.0000; Segunda Câmara Cível; Rel. Des. Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca Passos; Julg. 23/11/2011; DORJ 28/11/2011; Pág. 54 - Os planos ou seguros de saúde estão submetidos às disposições do Código de Defesa do Consumidor, enquanto relação de consumo atinente ao merca (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 20020080230705002, 1ª Câmara cível, Relator Dr Aluizio Bezerra Filho - Juiz Convocado , j. em 21-08-2012)

CONSUMIDOR AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER APELAÇÕES CÍVEIS Plano de Saúde. Moléstia grave. Sistema home care . Deferimento. Irresignações. PRIMEIRO RECURSO. Unimed Fortaleza. Alusão a contrato. Atendimento domiciliar. Modalidade de internação prevista que pode ser

Av. Eptácio Pessoa, 1251 - Loja 07 - Emp. Eptácio Pessoa
Bairro dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58030-001
Tel.: 83 3225.6306 - Fax: 3243.0247



entendida como sistema home care . Submissão ao CDC. Prevalência dos direitos à vida e à dignidade da pessoa humana. SEGUNDO RECURSO. Unimed João Pessoa. Preliminar. Arguição de Ilegitimidade passiva. Sistema de cooperativas. Teoria da aparência. Rejeição. Responsabilidade pelo atendimento de usuário do conglomerado Unimed. DESPROVIMENTO DOS APELOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. - ... Pessoas jurídicas pertencentes ao mesmo conglomerado econômico art. 28, § 2º, do CDC. Natureza de cooperativa desinfluyente à elucidação da controvérsia. Utilização de idêntica logomarca por todas as pessoas jurídicas integrantes do sistema únimed. Atuação conjunta das cooperativas exaltada em propaganda comercial. Aplicação da teoria da aparência. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada. Precedentes deste tribunal. Risco de dano inverso não caracterizado. Decisão mantida. Recurso desprovido. TJRJ; Al 0058337-94.2011.8.19.0000; Segunda Câmara Cível; Rel. Des. Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca Passos; Julg. 23/11/2011; DORJ 28/11/2011; Pág. 54 Os planos ou seguros de saúde estão submetidos às disposições do Código de Defesa do Consumidor, enquanto relação de consumo atin (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 20020080280809001, 1 CAMARA CIVEL, Relator José di Lorenzo Serpa , j. em 21-08-2012)

Destarte, o deferimento tutela de urgência liminar e a procedência meritória para o pleito presente são imprescindíveis à sobrevivência da autora que, embora não esteja internada neste momento, precisa urgentemente iniciar o tratamento médico recomendado sob pena de ter seus membros inferiores amputados, o que prejudicaria ainda mais o seu quadro de saúde.

3.1 DO DANO MORAL:

É evidente o dano moral sofrida pelo autora, principalmente se considerado que a mesma já está acometida de um quadro grave de saúde, e vê-se necessitada de buscar o Poder Judiciário para fazer valer seus direitos injustificadamente negados pela promovida, o que por si só caracteriza a má prestação de serviço, o desdém com a delicada situação de saúde da autora e a omissão no dever de atendimento de qualidade ao consumidor.

Durante todo este período de dor, a autora convive com as incertezas e as angustias em relação ao agravamento de seu estado de saúde,

Av. Epitácio Pessoa, 1251 - Loja 07 - Emp. Epitácio Pessoa
Bairro dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58030-001
Tel.: 83 3225.6306 - Fax: 3243.0247



considerando que a indicação médica de tratamento através do REMICADE 300mg, com início para 26/04/2019 foi indeferido pelo plano de saúde.

A imotivada recusa causou revolta e sofrimento à promovente, prejudicando seu tratamento e abalando ainda mais seu debilitado estado clínico. O colendo Superior Tribunal de Justiça já firmou posicionamento unânime, senão vejamos:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. PLANO DE SAÚDE. LEUCEMIA LINFOCÍTICA CRÔNICA. CIRURGIA NECESSÁRIA PARA O TRATAMENTO. PROCEDIMENTO CIRÚRGICO POR VIDEOLAPAROSCOPIA. NEGATIVA DE COBERTURA. AUSÊNCIA DE VEDAÇÃO CONTRATUAL EXPRESSA. ABUSIVIDADE COMPROVADA. DANO MORAL IN RE IPSA. CONFIGURAÇÃO. DECISÃO MANTIDA. 1. Vale pontuar que o presente agravo interno foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. 2. O Superior Tribunal de Justiça entende que é abusiva a cláusula contratual que exclui tratamento prescrito para garantir a saúde ou a vida do beneficiário, porque o plano de saúde pode estabelecer as doenças que terão cobertura, mas não o tipo de terapêutica indicada por profissional habilitado na busca da cura. 3. A orientação desta Corte Superior é de que a recusa indevida ou injustificada pela operadora de plano de saúde em

Av. Epitácio Pessoa, 1251 - Loja 07 - Emp. Epitácio Pessoa
Bairro dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58030-001
Tel.: 83 3225.6306 - Fax: 3243.0247



autorizar a cobertura financeira de tratamento médico a que esteja legal ou contratualmente obrigada, gera direito de ressarcimento a título de dano moral, em razão de tal medida agravar a situação tanto física quanto psicologicamente do beneficiário. Caracterização de dano moral in re ipsa. 4. Na espécie, não há que se falar no afastamento da presunção de dano moral, porque o Tribunal de origem, soberano na análise de matéria fático-probatória, destacou que não houve dúvida razoável na interpretação de cláusula contratual, mas sim declaração de sua nulidade por restringir direitos e obrigações inerentes ao próprio contrato, nos termos do Código de Defesa do Consumidor. 5. A operadora do plano de saúde não apresentou argumento novo capaz de modificar a conclusão adotada, que se apoiou em entendimento aqui consolidado para dar provimento ao recurso especial manejado pela beneficiária a fim de reconhecer o cabimento da indenização por dano moral. 6. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 895.723/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/10/2016, DJe 27/10/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE. COBERTURA PARA O FORNECIMENTO DO SERVIÇO HOME CARE. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 283/STF. RECUSA INDEVIDA. REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. CABIMENTO. VALOR FIXADO EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. RECURSO DESPROVIDO. 1. Tendo o acórdão recorrido reconhecido a abusividade da recusa ao fornecimento do serviço home care, mediante a aplicação do art. 51

Av. Eptácio Pessoa, 1251 - Loja 07 - Emp. Eptácio Pessoa
Bairro dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58030-001
Tel.: 83 3225.6306 - Fax: 3243.0247



do CDC, a ausência de impugnação específica deste fundamento atrai a incidência da Súmula 283/STF, por aplicação analógica, a impedir o conhecimento do recurso especial, no ponto. 2. É pacífica a jurisprudência da Segunda Seção no sentido de reconhecer a existência do dano moral nas hipóteses de recusa injustificada pela operadora de plano de saúde, em autorizar tratamento a que estivesse legal ou contratualmente obrigada, por configurar comportamento abusivo. 3. A fixação da indenização por dano moral em R\$ 6.000,00 (seis mil reais), no caso, não destoa dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 840.465/MA, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 30/08/2016)

Conforme já afirmado, a promovente vem sofrendo dores e encontra-se em dificuldades de realizar suas atividades habituais, portanto, afirma que o promovente se encontrava em situação de vulnerabilidade que foi potencializada pela injustificada recusa de cobertura total dos procedimentos médicos por parte da promovida.

Neste diapasão, não restam dúvidas quanto à ocorrência dos danos morais, devendo a promovida ser condenação ao pagamento de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) à título de danos morais.

3.2 DA TUTELA DE URGÊNCIA LIMINAR:

Emérito Julgador, no caso dos autos, faz-se necessária a concessão de tutela de urgência liminar, uma vez que presentes os requisitos para a sua concessão, quais sejam: probabilidade do direito, perigo de dano ou risco ao resultado do útil do processo, bem como a reversibilidade da decisão, tudo conforme preconizado no Art. 300 do NCPC.

Da probabilidade do direito: não resta dúvidas quanto a existência do direito ao tratamento médico indicado, no caso dos autos, o

Av. Eptácio Pessoa, 1251 - Loja 07 - Emp. Eptácio Pessoa
Bairro dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58030-001
Tel.: 83 3225.6306 - Fax: 3243.0247



fornecimento da medicação REMICADE 300mg na forma prescrita nos laudos médicos em anexo, visto que devidamente amparado pela Constituição Federal e pelo Código de Defesa do Consumidor, e, devidamente demonstrada a negativa do plano de saúde.

Do perigo de dano: evidente. Considerando que a autora encontra-se, segundo os laudos médicos, sobre o risco de amputação de membros inferiores por vasculite e artrite e a negativa por parte da promovida da cobertura do serviço recomendado pelo médico da autora, podendo acarretar em danos irreparáveis ou de difícil reparação, considerando o estado clínico da paciente.

Sendo assim, **REQUER de Vossa Excelência que conceda a tutela de urgência liminar para determinar que a BRADESCO SAÚDE S.A forneça a autora o medicamento recomendado pelos médicos, qual seja, REMICADE 300mg, na forma prescrita pelo médicos, possibilitando o tratamento adequado a paciente.**

4. DO DESINTERESSE EM CONCILIAR:

Em atendimento ao preconizado no §5º do Art. 334 do NCPC, informa o autor que não tem interesse em conciliar no caso dos autos.

5. DO PEDIDO:

Ante o exposto, **REQUER** de Vossa Excelência que se digne em:

- A/ Conceder à promovente os benefícios da assistência judiciária gratuita;
- B/ **CONCEDER A TUTELA DE URGÊNCIA LIMINAR** determinando que a **BRADESCO SAÚDE S.A forneça a autora o medicamento recomendado pelos médicos, qual seja, REMICADE 300mg, na forma prescrita pelo médicos, possibilitando o tratamento adequado a paciente;**
- C/ Determinar a citação das promovidas, para querendo, apresentarem contestação no prazo legal, sob pena de confissão e revelia;
- D/ **JULGAR PROCEDENTE** a presente demanda, confirmado a tutela de urgência liminar, e, condenando as promovidas ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);



E/ **CONDENAR** as promovidas ao pagamento das custas processuais e aos honorários advocatícios, devendo os mesmos serem fixados conforme os parâmetros abalizados no §2º do Art. 85 do NCPC.

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito permitidos, em especial, pelo depoimento das partes, juntada de novos documentos, perícia, e tudo o mais que se fizer necessária para o deslinde final do processo.

Por oportuno, **REQUER** que as publicações sejam feitas exclusivamente em nome dos Drs. **JOÃO BRITO DE GOIS FILHO OAB/PB 11822 e BRUNO CAMPOS LIRA OAB/PB 16.871, sob pena de nulidade nos termos do §5º do Art. 272 do NCPC.**

Dá-se a causa o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Nestes Termos,
Pede deferimento.

João Pessoa, 16 de maio de 2019.

JOÃO BRITO DE GOIS FILHO
OAB/PB – 11.822

BRUNO CAMPOS LIRA
OAB/PB – 16.871

Av. Epitácio Pessoa, 1251 - Loja 07 - Emp. Epitácio Pessoa
Bairro dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58030-001
Tel.: 83 3225.6306 - Fax: 3243.0247



MORAIS, CAMPOS & GOIS

CONSULTORIA JURÍDICA E ASSOCIADOS

George Ventura Moraes • José Alves Campos • João Brito de Gois Filho • Bruno Campos Lira

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE:

MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONÇA, brasileira, casada, portadora do RG nº 869456 SSP/PB, CPF nº 364.836.134-15, residente e domiciliado na Rua Agenor Lacete, nº 247, Apt. 1201, Brisamar, João Pessoa/PB - CEP 58.033-455.

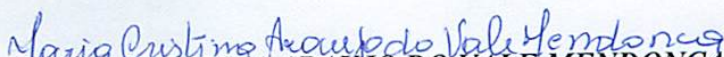
OUTORGADOS:

JOÃO BRITO DE GOIS FILHO, BRUNO CAMPOS LIRA, DAVI JOSÉ TEIXEIRA ALCÂNTARA, todos brasileiros, advogados, inscritos na OAB/PB sob nº 11.822, 16.871, 20.800, todos com escritório na Avenida Presidente Epitácio Pessoa, nº 1251, Loja 07, Empresarial Epitácio Pessoa, Bairros dos Estados, João Pessoa/PB.

PODERES:

Confere amplos e ilimitados poderes, para o foro em geral, com a cláusula "*Ad Judicia*" a fim de que possam defender os interesses e direitos do outorgante, em conjunto ou isoladamente, perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que o outorgante seja autor ou reclamante, e defendendo-o quando for réu ou reclamado, interessado ou requerido, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, representá-lo em audiência, fazer acordo, recorrer, receber e dar quitação, confessar, prestar queixa e/ou fazer representação, divisão e demarcação judicial e extrajudicial, prestar declarações, oferecer bens à penhora, receber citação, receber notificações e intimações, levantar alvará, bem como substabelecer a presente, com ou sem reserva de poderes, se assim lhe(s) convier, e praticar todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme, e valioso.

João Pessoa, 29 de abril de 2019.


MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONÇA
OUTORGANTE

Av. Epitácio Pessoa, 1251 - Loja 07 - Emp. Epitácio Pessoa
Bairro dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58030-001
Tel.: 83 3225.6306 - Fax: 3243.0247



At. 120224

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1674152435

PROIBIDO PLASTIFICAR
1674152435

NOME
MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONÇA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
869456 SSP PB

CPF
364.836.134-15

DATA NASCIMENTO
30/10/1962

FILIAÇÃO
ANTONIO DO VALE DA S
DIAS
LEOPOLDINA ARAUJO DO
VALE

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
03114605699

VALIDADE
14/02/2024

1ª HABILITAÇÃO
15/12/1987

OBSERVAÇÕES
A:

Ass. Cristina Araujo do Vale Mendonça
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
JOÃO PESSOA, PB



DATA EMISSÃO
14/02/2019

Ass. Amalek
ASSINATURA DO EMISSOR

16503090647
PB038500400

PARAÍBA



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.7.19.12627/01
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 16/05/2019
Número da guia: 200.2019.612627 Tipo da Guia: Custas Prévias			Data de vencimento: 31/05/2019
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.002,40 - Taxa Judiciária: R\$ 300,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			UFR vigente: R\$ 50,12
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.303,75
			Desconto total: R\$ 0,00
866100000136 037509283182 520190531209 071912627016 			Valor final: R\$ 1.303,75

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.7.19.12627/01
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 16/05/2019
Número da guia: 200.2019.612627 Tipo de Guia: Custas Prévias			Data de vencimento: 31/05/2019
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.002,40 - Taxa Judiciária: R\$ 300,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			UFR vigente: R\$ 50,12
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.303,75
			Desconto total: R\$ 0,00
866100000136 037509283182 520190531209 071912627016 			Valor final: R\$ 1.303,75

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.7.19.12627/01
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 16/05/2019
Número da guia: 200.2019.612627 Tipo de Guia: Custas Prévias			Data de vencimento: 31/05/2019
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.002,40 - Taxa Judiciária: R\$ 300,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			UFR vigente: R\$ 50,12
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.303,75
			Desconto total: R\$ 0,00
866100000136 037509283182 520190531209 071912627016 			Valor final: R\$ 1.303,75





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 200.2019.612627

Data Vencimento: 31/05/2019

Data Emissão: 16/05/2019

Comarca: Joao Pessoa

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONÇA

Promovido: BRADESCO SAÚDE S.A

Valor da Causa: R\$ 20.000,00

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 1.002,40

Taxa: R\$ 300,00

Total da Guia: R\$ 1.302,40

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.



SPG



Bradesco
Saúde

SAUDE TOP QUARTO SEGURO VIAGEM

PADRAO DOC I

REDE NACIONAL

DATA NASC. TITULAR: 30/10/1962

DENTAL

COLETIVO EMPRESARIAL

VÁLIDO ATÉ

LANCHONETE R C COMER

08/20

MARIA C ARAUJO V MENDONCA

00

CARTAO NACIONAL DE SAUDE: 706409630083086

861 132 100019 005





Dr^a Eutílica Freire
REUMATOLOGIA ADULTO E INFANTIL
CRM N° 4396

Do Brodus

paciente na
Clínica vale

Cl RCUF e

veniente RMI

Cl Poderame

sempre

resposta de uso

de anti TNF

~~humano~~ Reumato

Rua Borja Peregrino, 191 Torre - (Por trás do DER)
Fones: (83) 3043-2079 / 3566-2199 / 99167-4610





Dra. Eutílica Freire
REUMATOLOGIA ADULTO E INFANTIL
CRM Nº 4396

plc conclusão de doença

ad novo

195.0

sdp *Eutílica*

Dra. Eutílica Andrade M. Freire
CRM 4396
CPF 441.709.984-72

Rua Borja Peregrino, 191 Torre - (Por trás do DER)
Fones: (83)3043-2079 / 3566-2199 / 99167-4610





D^{ra} Eutílica Freire
REUMATOLOGIA ADULTO E INFANTIL
CRM Nº 4396

Pare Mc Armstrong
vill

Ru uso x

Remicade 100mg

5mg/kg

3ampollos IV q

seguir tratamento IV

sembr

jeun salmudrol IV

. dipiridamoline VO

. tylenol VO

noto.0

L95

D^{ra} Eutílica Freire
CRM 4396
CPF 441.706.984-72

Rua Borja Peregrino, 191 Torre - (Por trás do DER)
Fones: (83) 3043-2079 / 3566-2199 / 99167-4610



João Pessoa, 18 de Abril de 2019.

À Bradesco,

Solicitação de autorização para terapia e administração intravenosa de Infiximabe
(Remicade)

Conforme laudo prescrito pela médica Dr^a Eutília Freire (Reumatologista), solicito para o paciente Maria Cristina Araújo do Vale, tem Vasculite MMI Artrite em fase de Vasculite intestinal com crise no intestino e lesões ulceradas e exposição de tecidos e necrose de MMI. Já fez uso de metotrexato e corticoide sem melhora necessitando uso de anti-TNF urgente sobre o risco de amputação dos membros inferiores por vasculite e artrite.

Optamos por o anti-TNF infliximabe Remicade na dose 5mg/kg/doses, intravenoso no esquema inicial: semana 0, semana 2, semana 6 a partir da então a cada 8/8 semanas.

É imprescindível tal adequação do tratamento, pelo risco de agravamento do quadro.

Remicade 300mg (3fa), para data 26/04/2019 (semana 0)

Dose recomendada do fármaco: 300mg (03 frasco-ampola por infusão).

CID: M 05.0 / I 95

Agradece,

Dr. Marcelo Vicente
Gastro-Hepatologia
CRM PB 7948
CPF 000016277900965



Solicitação de Terapia Imunobiológica

Terapia Imunobiológica		
Medicamento(s)	Doses(s)	Período de utilização
Remicade	300 MG	Via intravenosa a cada 8 semanas

Terapia associada – Especificar a droga

Remicade 300 MG para data 26/04/2019

Resposta ao tratamento: ☐ Boa ☐ Moderada

Justificativa para manutenção / Troca de medicamento

Nome do médico assistente	Referenciado <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Cód. ref. médico assistente	Tel. contato médico
Marcelo Vicente			
Nome do prestador de serviços solicitantes		Cód. referenciado	Tel. contato prestador
HNSN		380402	83 3565-9000
Tel. retorno desta solicitação	Assinatura e carimbo do médico assistente	Data da solicitação	

SETEMBRO/2015

Dr. Marcelo Vicente
Gastro-Hepatologia
CRM PB 7948
CNS: 030016277900

Cód. Form. Eletrônico 0831

Bradesco intranet



<input type="checkbox"/> Paciente ambulatorial <input type="checkbox"/> Paciente Internado		Senha liberada:	Data(s) do(s) evento(s) autorizado(s):	
Nome <i>Maria Cristina Araújo do Vale</i>			Apólice <i>861132100019005</i>	
Sexo <input type="checkbox"/> M <input checked="" type="checkbox"/> F	Idade <i>56</i>	Peso	Altura	Superfície corporal
Rede: <input type="checkbox"/> Nacional <input type="checkbox"/> Preferencial				
Diagnóstico <i>Vasculite e artrite</i>			CID10 <i>M05.01.205</i>	Data do diagnóstico
Quadro clínico atual <i>Paciente Maria Cristina tem Vasculite MMT, artrite em fase de vasculite intestinal, com crise no abdômino e pés e mãos inchados e exposição de tendões e necrose de MMT. Já fez uso de Metotrexato e corticóide sem melhora, necessitando uso de anti-TNF urgente sobre risco de amputação de membros inferiores por vasculite e artrite</i>				
Comorbidades associadas <i>cid - M05.01.205</i>				

Tratamentos anteriores		
Medicamento(s)	Doses	Período de utilização

Falha de tratamento ☐ Sim ☐ Não

Atividade da doença – Indicadores (preencher os indicadores, inerentes a patologia do paciente)

	Índice atual	Índice após 12 a 16 semanas.
SDAI		
CDAI		
DAS 28		
BASDAI		
IADC		
ASDAS		
PASI		

Legenda	
• SDAI – Índice Simplificado	• IADC – Índice de Atividade da Doença de Crohn
• CDAI – Índice Clínico de Atividade da Doença	• ASDAS – Índice de Atividade da Doença para Espondilite Anquilosante
• DAS 28 – Índice de Atividade da Doença – 28 articulações	• PASI – Índice de Área e Severidade da Psoríase
• BASDAI – Índice Bath de Atividade da Doença para Espondilite Anquilosante	

SETEMBRO/2015

Pág. 1/3

Cód. Form. Eletrônico 0831





Rio de Janeiro, 23 de Abril de 2019
Protocolo ANS: 00571120190422041099

Ilmo. (a) Sr.(a) Maria C Araujo Vale Mendonca

Ref.: Seguro Saúde
Cartão: 861132100019005
Paciente: Maria C Araujo Vale Mendonca
Data do Evento: 15/04/2019

Prezado (a) Senhor (a),

Em resposta à solicitação de V.Sa. e em cumprimento ao parágrafo 1º, do artigo 10º, da Resolução Normativa nº 395/2016, editada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que dispõe sobre as regras a serem observadas pelas Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde nas solicitações de procedimentos e/ou serviços de cobertura assistencial apresentados pelos beneficiários, em qualquer modalidade de contratação, cumpre informar a impossibilidade em atender a cobertura pleiteada, uma vez que o(s) procedimento(s) reivindicado(s) consta(m) no Rol de Procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), quando atendida a diretriz de utilização descrita abaixo, disposta na Resolução Normativa nº 428, que entrou em vigor a partir de 02/01/2018.

65. TERAPIA IMUNOBIOLOGICA ENDOVENOSA OU SUBCUTÂNEA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)

1. Cobertura obrigatória quando preenchidos os seguintes critérios:
 - a. Artrite Reumatoide: pacientes com índice de atividade da doença maior que 10 pelo CDAI (Índice Clínico de Atividade da Doença), maior que 20 pelo SDAI (Índice Simplificado de Atividade da Doença) ou maior que 3,2 pelo DAS 28 (Índice de Atividade da Doença - 28 articulações), refratários ao tratamento convencional por um período mínimo de três meses com pelo menos dois esquemas utilizando drogas modificadoras do curso da doença (DMCDs) de primeira linha, de forma sequencial ou combinada;

Central de Relacionamento com o Cliente: 4004-2700 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800 701 2700 (demais localidades)
SAC: 0800 727 9966 – Central de Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 701 2708 – Ouvidoria: 0800 701 7000
faleconoscoasaude@bradescoseguros.com.br





- b. Artrite Psoriásica: pacientes com comprometimento periférico, índice de atividade da doença maior que 3,2 pelo DAS 28 (Índice de Atividade da Doença - 28 articulações) ou igual ou maior que 5 pela EVA (Escala Visual Analógica) na presença de no mínimo três articulações dolorosas ou edemaciadas, refratários ao tratamento convencional por um período mínimo de seis meses com pelo menos duas drogas modificadoras do curso da doença (DMCDs) e, nos pacientes com comprometimento axial associado ao periférico, índice de atividade da doença igual ou maior do que 4 pelo BASDAI (Índice Bath de Atividade da Doença para Espondilite Anquilosante), refratários ao tratamento convencional por um período mínimo de três meses com doses plenas de pelo menos dois antiinflamatórios não hormonais (AINHs);
- c. Doença de Crohn: pacientes com índice de atividade da doença igual ou maior a 220 pelo IADC (Índice de Atividade da Doença de Crohn), refratários ao uso de drogas imunossupressoras ou imunomoduladoras por um período mínimo de três meses;
- d. Espondilite Anquilosante: pacientes com índice de atividade da doença igual ou maior do que 4 pelo BASDAI (Índice Bath de Atividade da Doença para Espondilite Anquilosante) ou igual ou maior do que 4,5 pelo ASDAS (Escore de Atividade da Doença para Espondilite Anquilosante), refratários ao tratamento convencional por um período mínimo de três meses com doses plenas de pelo menos dois antiinflamatórios não hormonais (AINHs) e, nos pacientes com doença predominantemente periférica com ausência de resposta à sulfasalazina ou ao metotrexato, por período adicional de 3 meses.
- e. Esclerose Múltipla: Cobertura obrigatória do imunobiológico Natalizumabe quando preenchidos todos os critérios do Grupo I e nenhum dos critérios do grupo II. Após o início do tratamento a cobertura não será mais obrigatória caso o paciente apresente um dos critérios do Grupo III:

Grupo I

- a. Diagnóstico de Esclerose Múltipla (EM) pelos Critérios de McDonald revisados e adaptados;
- b. Esclerose Múltipla Recorrente Remitente (EM-RR) ou Esclerose Múltipla Secundariamente progressiva (EM-RR);
- c. Lesões desmielinizantes à Ressonância Magnética;
- d. Diagnóstico diferencial com exclusão de outras causas;
- e. Falha terapêutica com a utilização de glatirâmer e betainterferona anteriormente;
- f. Estar sem receber imunomodulador por pelo menos 45 dias ou azatioprina por 3 meses;
- g. Ser encaminhados a infectologista ou pneumologista para afastar tuberculose se apresentarem lesões suspeitas à radiografia de tórax;

Central de Relacionamento com o Cliente: 4004-2700 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800 701 2700 (demais localidades)
SAC: 0800 727 9966 – Central de Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 701 2708 – Ouvidoria: 0800 701 7000
faleconoscosauca@bradescoseguros.com.br



h. Valores de neutrófilos acima de 1.500/mm³ e linfócitos acima de 1.000/mm³ ao hemograma.

Grupo II

- a. Diagnóstico de Esclerose Múltipla Remitente Recorrente (EM-RR) ou Esclerose Múltipla Secundariamente Progressiva (EM-PP) com surto;
- b. Incapacidade de adesão ao tratamento e impossibilidade de monitorização dos efeitos adversos;
- c. Intolerância ou hipersensibilidade ao medicamento;
- d. Diagnóstico de leucoencefalopatia multifocal progressiva (LEMP);
- e. Pacientes que apresentem maior risco de infecções oportunistas;
- f. Pacientes com câncer, exceto se carcinoma basocelular de pele.

Grupo III

- a. Surgimento de efeitos adversos intoleráveis após considerar todas as medidas atenuantes;
- b. Falha terapêutica definida como dois ou mais surtos no período de 12 meses, de caráter moderado ou grave (com sequelas ou limitações significantes, pouco responsivas à pulsoterapia) ou evolução em 1 ponto na escala Expanded Disability Status Scale (EDSS) ou progressão significativa de lesões em atividade da doença.


Ressaltamos que é facultado a V.Sa. o direito de requerer a reanálise de sua solicitação, através dos nossos Canais de Atendimento: Central de Relacionamento com o Cliente: 4004-2700 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800 701 2700 (demais localidades), SAC: 0800 727 9966, Central de Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 701 2708 e Ouvidoria: 0800 701 7000.

Orientamos que, nesse caso, seja apresentada documentação complementar com justificativas que possibilitem a reavaliação do nosso parecer.

Atenciosamente,



Claudia Rocha
Departamento de Atendimento e Comunicação
Bradesco Saúde



Andréa Cristina B. Iozzi
Superintendência de Atendimento e Comunicação
Bradesco Saúde



Resposta Informações do Contrato Info Guia de Solicitação

Hospital

Código do Referenciado 380402

Nome HOSPITAL DAS NEVES

Discagem

Telefone Discagem 83 - 35659000

Solicitante HOSPITAL DAS NEVES

Resultado da Análise

Acompanhante NÃO

Cartão 801132100019095

Nome MARIA CARAUJO VALE MENDONÇA

Data da Solicitação 15/04/2019

Número da Guia 54136281

Acomodação QUARTO PARTICULAR

Data da Intervenção

Rede de Atendimento REDE NACIONAL

Regime

Sexo F

Tipo de Solicitação SADI

Resultado Negada

Idade 56

Resposta Padrão PLANO EMPRESARIAL-SPG

AGUARDANDO ANÁLISE INTERNA DA SEGURADORA

S/C/ MEDICAM AMB FORA DO REGIME DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Anotações Psiquiátricas

Exibir 10 registros

Data

Hora

Comentário

Mostrando de 0 até 0 de 0 registros

Anterior - Seguinte

Procedimento

Exibir 10 registros

Código	Descrição	Origem	Qtd. Solicitada	Qtd. Autorizada	Status
29104383/00	PULSOTERAPIA INTRAVENOSA (POR SESSÃO) - AMBULAT	TUSS	1	0	N

Mostrando de 1 até 1 de 1 registros

Anterior - Seguinte

Código CID

Código

Descrição

M050

SINDROME DE FELTY

um item encontrado. 1

Dados de OPME



Resposta Informações do Contrato Info Guia de Solicitação

Hospital

Código do Referencial 380402

Nome HOSPITAL DAS NEVES

Discagem

Telefone Discagem 83 - 35659000

Sol. citante HOSPITAL DAS NEVES

Resultado da Análise

Acompanhante NÃO

Cartão 861132100919095

Nome MARIA CARAUJO VALE MENDONÇA

Data da Solicitação 15/04/2019

Número da Guia 54136281

Acomodação QUARTO PARTICULAR

Data da Internação

Rede de Atendimento REDE NACIONAL

Regime

Sexo F

Tipo de Solicitação SADI

Resultado Em análise

Idade 56

Resposta Padrão PLANO EMPRESARIAL-SPG

aguardando análise da seguradora

Anotações Psiquiátricas

Exibir 10 registros

Data

Hora

Comentário

Mostrando de 0 até 0 de 0 registros
Anterior - Seguinte

Procedimento

Exibir 10 registros

Código

Descrição

Origem

Qtd. Solicitada

Qtd. Autorizada

Status

20104383-00

PULSOTERAPIA
INTRAVENOSA (POR
SESSÃO) - AMBULAT

TUSS

1

0

Mostrando de 1 até 1 de 1 registros
Anterior - Seguinte

Código CID

Código

Descrição

M959

SINDROME DE FELTY

em item encontrado: 1

Dados de OPME

Não existem anexos da OPME para esta solicitação.





SR: Solicitação Internação Externa / Publico / manual / manual_usuario_senbaweb.pdf

Resposta Informações do Contrato Info Guia de Solicitação

"Negada"

Hospital

Código do Referenciado 389402

Nome HOSPITAL DAS NEVES

Discagem

Telefone Discagem R3 - 35659960

Solicitante HOSPITAL DAS NEVES

Resultado da Análise

Acompanhante NÃO
Cartão 861132100019995
Número da Guia 54214984
Rede de Atendimento RIDE NACIONAL
Tipo de Solicitação SADI
Resposta Padrão PLANO EMPRESARIAL/SPG
ACUARDANDO ANALISE INTERNA DA SEGURADORA
S/C/P/MEDICAM AMB FORA DO REGIME DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Nome MARIA C. ARAUJO VALE MENDONÇA
Acomodação QUARTO PARTICULAR
Regime Resultado Negada
Data da Solicitação 18/04/2019
Data de Internação
Sexo F
Idade 56

Anotações Psiquiátricas

Exibir 10 registros		
Data	Hora	Comentário
Mostrando de 0 até 0 de 0 registros		
Anterior - Seguinte		

Procedimento

Exibir 10 registros					
Código	Descrição	Origem	Qtd. Solicitada	Qtd. Autorizada	Status
20104353/00	PULSOTERAPIA INTRAVENOSA (POR SESSÃO) - AMBULAT	TUSS	1	0	N
Mostrando de 1 até 1 de 1 registros					
Anterior - Seguinte					

Código CID

Código	Descrição
I950	VASCULITE LIVEDÓIDE
um item encontrado. 1	



Resposta Informações do Contrato Info Guia de Solicitação

Hospital

Código da Referência: 380402

Nome: HOSPITAL DAS NEVES

Discagem

Telefone Discagem: 83 - 35659000

Sol cliente: HOSPITAL DAS NEVES

Resultado da Análise

Acompanhante: NÃO

Cartão: 861132100019095

Nome: MARIA CARAUJO VALE MENDONÇA

Data da Solicitação: 18/04/2019

Número da Guia: 54214984

Acomodação: QUARTO PARTICULAR

Data da Internação:

Rede de Atendimento: REDE NACIONAL

Regime:

Sexo: F

Tipo de Solicitação: SADT

Resultado: Em análise

Idade: 56

Resposta Padrão: PLANO EMPRESARIAL-SPG

aguardando análise da seguradora

Anotações Psiquiátricas

Exibir 10 registros

Data Hora Comentário

Mostrando de 0 até 0 de 0 registros
Anterior - Seguinte

Procedimento

Exibir 10 registros

Código	Descrição	Origem	Qtd. Solicitada	Qtd. Autorizada	Status
20104383-00	PULSOTERAPIA INTRAVENOSA (POR SESSÃO) - AMBULAT	TUSS	1	0	

Mostrando de 1 até 1 de 1 registros
Anterior - Seguinte

Código CID

Código	Descrição
1.950	VASCULITE LIVEDOIDE

um item encontrado. 1

Dados de OPME

Não existem anexos de OPME para esta solicitação.





**Poder Judiciário da Paraíba
17ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0822512-97.2019.8.15.2001

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de **Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais e pedido de tutela provisória de urgência**, onde MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONÇA requer que seja a promovida, BRADESCO SAÚDE S/A, compelida a fornecer a medicação prescrita pelos médicos especialistas.

Sustenta que a promovente é beneficiária dos serviços médicos da promovida, e sofre com quadro de artrite reumatoide soro-positiva – Síndrome de Felty (CID 10 – M050), bem como de Vasculite Livedóide (CID 10 – L95.0).

Destaca que o tratamento indicado é através do anti-TNF infliximabe Remicade na dose 5mg/kg/doses, intravenoso no esquema inicial: semana 0, semana 02, semana 06 a partir de então a cada 8/8 meses.

Ressalta que é necessária a dose recomendada do fármaco, sob risco de agravamento do quadro e amputação de membros.

Pugna, então, pela concessão de tutela provisória de urgência para fornecimento da medicação prescrita.

Em síntese, o relato. Passo a decidir.



Sabe-se que para a concessão da tutela antecipada, faz-se necessário o preenchimento dos requisitos do art. 300 do CPC/15, quais sejam:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Analisando o conteúdo da exordial, bem como a documentação acostada aos autos, verifico a presença de requisitos ensejadores da tutela antecipada pretendida.

Não há dúvidas de que a parte autora é beneficiária do plano de saúde da ré, uma vez que acostou aos autos sua carteira do plano, que deixa clara a qualidade de consumidora dos serviços prestados pela entidade promovida.

A questão posta em tela diz respeito a negativa de fornecimento da medicação prescrita pelo médico da parte autora, sob o suposto argumento de que não estaria abrangido pela Resolução Normativa N. 428/2017 da ANS.

No entanto, se há cobertura do plano para atendimento e tratamento do paciente, não é possível ao plano de saúde limitar o tratamento a ser realizado. Nesse norte, a jurisprudência é remansosa ao destacar que o tratamento/medicamento indicado pelo médico especialista deve ser atendido sempre que houver a cobertura do plano para a doença diagnosticada.

Veja-se decisão do TJBA, citando jurisprudência do STJ:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO POR PLANO DE SAÚDE PRIVADO. POSSIBILIDADE. APLICABILIDADE DO CDC – SÚMULA 409 DO STJ. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (...) **5. A jurisprudência pátria já firmou entendimento no sentido de ser devido o fornecimento de medicamentos por planos de saúde privados, quando devidamente prescritos pelo médico que acompanha o paciente e imprescindíveis à manutenção da saúde do paciente. Precedentes do STJ e desta Côrte.** (Classe: Agravo de Instrumento, Número do



Outrossim, as diretrizes de utilização estipuladas pela ANS no Anexo II da citada Resolução também não passam de um rol exemplificativo, cabendo às Operadoras de Planos de Saúde cumprir a cobertura contratual, além da obrigatória estabelecida no Rol da ANS, com o fito de garantir o tratamento necessário prescrito pelo médico do paciente. (TJ-MG-AC: 10000160457628003 MG, Relator: Alberto Henrique, Data de Julgamento: 12/03/2019, Data de Publicação: 14/03/2019).

Ao menos neste momento de cognição sumária, verifica-se a presente da probabilidade do direito. O perigo de dano, por sua vez, é patente diante do risco de agravamento da doença e, sobretudo, de amputação de membros da parte autora.

Ademais, não há risco de irreversibilidade da medida, haja vista que em caso de eventual desconstituição da decisão, poderá a parte promovida utilizar-se dos meios adequados para efetuar a cobrança dos valores despendidos.

Deve-se, neste momento, trabalhar com o que se tem em mãos e resguardar um provável direito da promovente.

Assim, sem mais delongas, presentes os requisitos necessários à concessão do pleito liminar, **defiro o pedido de concessão de tutela provisória de urgência**, nos termos do art. 300 do CPC/15, **para determinar que a promovida forneça o medicamento prescrito pelo médico, qual seja, REMICADE 300mg, para tratamento de acordo com o esquema indicado. Tudo sob pena de multa diária no importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).**

Intime-se a parte promovida para cumprimento desta decisão.

EXPEÇA-SE MANDADO URGENTE.

Defiro a gratuidade processual.

Designa-se audiência de conciliação, a ser realizada no Núcleo de Conciliação e Mediação.

Cite-se e intime-se a parte ré, também por mandado.

Fica a parte autora intimada na pessoa de seu advogado (NCPC, art. 334, § 3º).

P.I. e Cumpra-se com urgência.

João Pessoa, data definida no sistema.



Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
17ª Vara Cível da Capital

Número do Processo: 0822512-97.2019.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [PLANOS DE SAÚDE]
Polo ativo: AUTOR: MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONCA
Polo passivo: RÉU: BRADESCO SAUDE S/A

CERTIDÃO

Certifico que deixei de expedir o competente mandado urgente tendo em vista que, o endereço do promovido está situado na R. Barão de Itapagipe, nº 225, Rio Comprido, Rio de Janeiro/RJ, 20000261000. Não havendo possibilidade do oficial de justiça cumprir o referente mandado. O referido é verdade e dou fé.

João Pessoa, 20 de maio de 2019

ELIZABETH DE AQUINO ALVES



Petição indicando endereço para intimação em PDF anexo.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 17ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB.**

Processo n.º 0822512-97.2019.815.2001

MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONÇA, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por intermédio de seus advogados, vem, respeitosamente, a ilustre presença de Vossa Excelência, **REQUERER** que o mandado de intimação da tutela de urgência deferida nos autos, seja expedido para o endereço: **Praça da Independência, n.º 18, sala 13, Tambiá, João Pessoa/PB – CEP 58020-544.**

Nestes Termos,
Pede deferimento.

João Pessoa, 21 de maio de 2019.

BRUNO CAMPOS LIRA
OAB/PB – 16.871

Av. Epitácio Pessoa, 1251 - Loja 07 - Emp. Epitácio Pessoa
Bairro dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58030-001
Tel.: 83 3225.6306 - Fax: 3243.0247





Poder Judiciário da Paraíba
17ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0822512-97.2019.8.15.2001

DECISÃO

Vistos, etc.

Cumpra-se na íntegra a decisão de ID. 21259285, observando o endereço da promovida indicado no ID. 21332701.

João Pessoa, 27 de maio de 2019.

Juiz(a) de Direito





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
17ª Vara Cível da Capital

PROCESSO Nº 0822512-97.2019.8.15.2001
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[PLANOS DE SAÚDE]

AUTOR: MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONCA

RÉU: BRADESCO SAUDE S/A

MANDADO DE INTIMAÇÃO (RÉU)

De ordem da MM. Juíza de Direito da 17ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a PROMOVIDA, Endereço: Praça da Independência, n.º 18, sala 13, Tambiá, João Pessoa/PB – CEP 58020-544, para os seguintes termos do despacho:

"Assim, sem mais delongas, presentes os requisitos necessários à concessão do pleito liminar, **defiro o pedido de concessão de tutela provisória de urgência**, nos termos do art. 300 do CPC/15, **para determinar que a promovida forneça o medicamento prescrito pelo médico, qual seja, REMICADE 300mg, para tratamento de acordo com o esquema indicado. Tudo sob pena de multa diária no importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).**

Intime-se a parte promovida para cumprimento desta decisão.

EXPEÇA-SE MANDADO URGENTE.

Defiro a gratuidade processual."

João Pessoa, em 29 de maio de 2019

ELIZABETH DE AQUINO ALVES

PARA VISUALIZAR A INICIAL: [21220024](#)

DESPACHO: [21259285](#)





FÓRUM CÍVEL DA CAPITAL

Centro Judiciário II de Solução de Conflitos e Cidadania das Varas Cíveis da Comarca da Capital
Av. João Machado, s/n, centro, 7º Andar, tel. 3208-2612

0822512-97.2019.8.15.2001
[PLANOS DE SAÚDE]
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO ADVOGADOS

(AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO)

Através do presente expediente fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), advogado(a), INTIMADO(A) da **Tipo: Conciliação Sala: CEJUSC II - SALA 01 Data: 21/08/2019 Hora: 15:30**, a ser realizada no **CEJUSC (Centro de Conciliação e Mediação Cível)** Comarca da Capital, atentando-se as partes para os termos do art. 334, §§ 3º, 8º e 10º do NCPC.

João Pessoa-PB, em 3 de junho de 2019

JOSILDA TEIXEIRA REMIGIO

Analista/Técnico Judiciário





FÓRUM CÍVEL DA CAPITAL

Centro Judiciário II de Solução de Conflitos e Cidadania das Varas Cíveis da Comarca da Capital
Av. João Machado, s/n, centro, 7º Andar, tel. 3208-2612

0822512-97.2019.8.15.2001
[PLANOS DE SAÚDE]
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO ADVOGADOS

(AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO)

Através do presente expediente fica(m) Vossa(s) Senhoria(s), advogado(a), INTIMADO(A) da **Tipo: Conciliação Sala: CEJUSC II - SALA 01 Data: 21/08/2019 Hora: 15:30**, a ser realizada no **CEJUSC (Centro de Conciliação e Mediação Cível)** Comarca da Capital, atentando-se as partes para os termos do art. 334, §§ 3º, 8º e 10º do NCPC.

João Pessoa-PB, em 3 de junho de 2019

JOSILDA TEIXEIRA REMIGIO

Analista/Técnico Judiciário





FÓRUM CÍVEL DA CAPITAL

Centro Judiciário II de Solução de Conflitos e Cidadania das Varas Cíveis da Comarca da Capital
Av. João Machado, s/n, centro, 7º Andar, tel. 3208-2612

PROCESSO Nº 0822512-97.2019.8.15.2001

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [PLANOS DE SAÚDE]

AUTOR: MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONCA

RÉU: BRADESCO SAUDE S/A

R ANA MARIA, 225, RIO COMPRIDO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20261-000

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (RÉU - AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO)

De ordem do MM. Juiz de Direito da Centro Judiciário II de Solução de Conflitos e Cidadania das Varas Cíveis da Comarca da Capital, **CITO e INTIMO** a parte promovida, nome e endereço acima mencionados, por todos os atos do presente processo, bem como, para comparecer a audiência de conciliação, **Tipo: Conciliação Sala: CEJUSC II - SALA 01 Data: 21/08/2019 Hora: 15:30**. Não havendo acordo, poderá oferecer contestação no prazo de 15 dias, a contar do dia da realização da audiência aprazada. Ficando advertido que, não sendo contestada a ação será considerado revel e presumir-se-ão aceitos como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, constantes da inicial. (Art. 344, CPC). Advertindo-se ainda, que poderá, se não tiver interesse em conciliar, informar a este Juízo, até dez dias antes da audiência, conforme art.334, §§ 5º e 8º do CPC, ocasião em que começará a contagem do prazo de 15 dias para oferecimento da contestação.

João Pessoa. 3 de junho de 2019

JOSILDA TEIXEIRA REMIGIO

Analista Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:
XXXXXXXXXXXXXX



CERTIDÃO

Encaminho o presente mandado para redistribuição pelo fato de não pertencer a zona em que estou atualmente que é Roger, sendo o endereço Praça da Independência nº 13, Centro, devendo ser encaminhado a um Oficial de Justiça da zona do Centro. Dou fé.

João pessoa, 04 de Junho de 2019.

RAIMUNDO ALVES DOS SANTOS

OFICIAL DE JUSTIÇA.





Poder Judiciário da Paraíba
Cejusc II - Varas Cíveis - TJPB/IESP

Número do Processo: 0822512-97.2019.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [PLANOS DE SAÚDE]
Polo ativo: AUTOR: MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONCA
Polo passivo: RÉU: BRADESCO SAUDE S/A

CERTIDÃO

Certifico que em face da devolução do mandado sem cumprimento pelo Sr. Meirinho faço estes autos conclusos ao MM Juízo.

João Pessoa, 5 de junho de 2019
ELIZABETH DE AQUINO ALVES



CERTIDÃO

Certifico que, intimei a parte ré Bradesco Saúde, na pessoa de seu representante, conforme carimbo e assinatura no mandado.

João Pessoa, 10 de junho de 2019

Oficial de justiça- 472139-0





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
17ª Vara Cível da Capital

PROCESSO Nº 0822512-97.2019.8.15.2001
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[PLANOS DE SAÚDE]

AUTOR: MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONCA

RÉU: BRADESCO SAUDE S/A

MANDADO DE INTIMAÇÃO (RÉU)

De ordem da MM. Juíza de Direito da 17ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a PROMOVIDA, Endereço: Praça da Independência, n.º 18, sala 13, Tambiá, João Pessoa/PB – CEP 58020-544, para os seguintes termos do despacho:

"Assim, sem mais delongas, presentes os requisitos necessários à concessão do pleito liminar, **defiro o pedido de concessão de tutela provisória de urgência**, nos termos do art. 300 do CPC/15, **para determinar que a promovida forneça o medicamento prescrito pelo médico, qual seja, REMICADE 300mg, para tratamento de acordo com o esquema indicado. Tudo sob pena de multa diária no importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).**

Intime-se a parte promovida para cumprimento desta decisão.

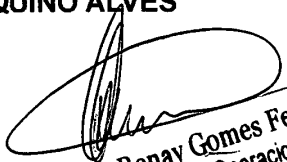
EXPEÇA-SE MANDADO URGENTE.

Defiro a gratuidade processual."

João Pessoa, em 29 de maio de 2019

ELIZABETH DE AQUINO ALVES

PARA VISUALIZAR A INICIAL: 21220024


Renay Gomes Ferreira
Assist. Operacional III
8337/ SUC. João Pessoa/PB

-10-Jun-2019-12:47-179705-6/6

Bradesco

Bradesco Auto Re Cia de Seguros.



Habilitação



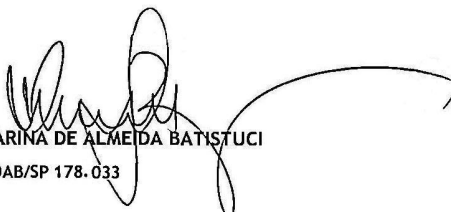
**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO CEJUSC DO FORO
DA COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB**

Processo nº 0822512-97.2019.8.15.2001

BRADESCO SAUDE S/A. Já qualificado nos autos em epigrafe vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer a **HABILITAÇÃO** do (a) advogado (a) subscritor (a), para que todas as *publicações, intimações e quaisquer atos de comunicação* no presente processo sejam realizados **EXCLUSIVAMENTE** em nome de : **KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI OAB/PB 178.033 A**, com endereço na Avenida Getúlio Vargas, nº. 3-03, Vila Guedes de Azevedo, Bauru-SP, CEP 17.017-000, sob pena de nulidade dos atos que vierem a ser praticados, em consonância com o disposto no nos parágrafos 2º e 5º do artigo 272 do Código de Processo Civil.

Termos em que,
Pede deferimento.

Bauru, 09 de Julho de 2019.


KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI
OAB/SP 178.033

AV. GETÚLIO VARGAS, Nº 3-03, VILA GUEDES DE AZEVEDO - BAURU-SP - CEP 17.017-000 - FONE/FAX (14) 3235-0800

SÃO PAULO - CAMPINAS - RIBEIRÃO PRETO - BRASÍLIA - SALVADOR - BELO HORIZONTE - PORTO ALEGRE





SERVIÇO NOTARIAL - RJ

Claudio Antonio Maltos de Souza
Tabelião

Tânia Castro Góes
Substituta

Av. Nilo Peçanha, 26 - A - Loja, Sobrelaje, 2º e 3º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20020-100
-Tel./Fax: (21) 2544-3023 / 2524-5332 / 2215-1021 / 2215-2858 / 2215-2859
Rua Barata Ribeiro, 330 - Copacabana - Rio de Janeiro - RJ - Cep 22040-001 - Tel.: (21) 2243-3050

ATO Nº 006 PROCURAÇÃO bastante que fazem, ATLÂNTICA COMPANHIA DE
LIVRO Nº 1987 SEGUROS e outras, na forma abaixo:
FOLHA Nº 048

S A I B A M quantos esta virem que ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis (01/09/2016), nesta cidade e Estado do Rio de Janeiro, na sede deste 10º Ofício de Notas, situada na Avenida Nilo Peçanha, nº 26, 2º andar, Castelo e perante mim, LUCY DUARTE GUIMARÃES, Substituta do Tabelião, mat. 94/1432, compareceram como **OUTORGANTES: 1) ATLÂNTICA COMPANHIA DE SEGUROS**, com sede social no Rio de Janeiro/RJ, na Rua Barão de Itapagipe, nº 225, parte, Rio Comprido, CEP 20261-901, inscrita no CNPJ sob o nº 33.151.291/0001-78; **2) BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**, com sede social no Rio de Janeiro/RJ, na Rua Barão de Itapagipe, nº 225, parte, Rio Comprido, CEP 20261-901, inscrita no CNPJ sob o nº 92.682.038/0001-00; **3) BRADESCO CAPITALIZAÇÃO S.A.**, com sede social em Barueri/SP, na Avenida Alphaville, nº 779, parte, Empresarial 18 do Forte, CEP 06472-010, inscrita no CNPJ sob o nº 33.010.851/0001-74; **4) BRADESCO SAÚDE S.A.**, com sede no Rio de Janeiro/RJ, na Rua Barão de Itapagipe, nº 225, parte, Rio Comprido, CEP 20261-901, inscrita no CNPJ sob o nº 92.693.118/0001-60; **5) BRADESCO SEGUROS S.A.**, com sede social em Barueri/SP, na Avenida Alphaville, nº 779, parte, Empresarial 18 do Forte, CEP 06472-010, inscrita no CNPJ sob o nº 33.055.146/0001-93; **6) BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.**, com sede social em Osasco/SP, Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, CEP 06029-900, inscrita no CNPJ sob o nº 51.990.695/0001-37; **7) BSP AFFINITY LTDA.**, com sede social em Barueri/SP, na Avenida Alphaville, nº 779, Empresarial 18 do Forte, CEP 06472-010, inscrita no CNPJ sob o nº 08.977.053/0001-79; **8) MEDISERVICE OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE S.A.**, com sede social em Barueri/SP, na Avenida Alphaville, nº 779, Empresarial 18 do Forte, CEP 06472-010, inscrita no CNPJ sob o nº 57.746.455/0001-78. Todas neste ato representadas por seu Diretor Gerente: **IVAN LUIZ GONTIJO JUNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 44.902 e no CPF nº 770.025.397-87, com endereço comercial Rio de Janeiro/RJ, na Rua Barão de Itapagipe, nº 225, parte, Rio Comprido, CEP 20261-901, e seu Diretor: **HAYDEWALDO ROBERTO CHAMBERLAIN DA COSTA**, brasileiro, casado, contador, portador do CI-CRC/RJ nº 075823/0-9 e inscrito no CPF sob o nº 756.039.427-20, com endereço comercial em Barueri/SP, na Avenida Alphaville, nº 779, Empresarial 18 do Forte, CEP 06472-010, ora de passagem por esta cidade; **9) MULTIPENSIONS, BRADESCO – FUNDO MULTIPATROCINADO DE PREVIDENCIA PRIVADA**, com sede em Osasco/SP, na Rua Deputado Emilio Carlos, 970, Vila Campestina, inscrito no CNPJ sob o nº 02.866.728/0001-26, nesta ato representada por seu Diretor-Superintendente:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

088559AA019623



JORGE POHLMANN NASSER, brasileiro, casado, securitário, portador do R.G nº 36.651.358-8, inscrito no CPF sob o nº 399.055.270-87, com endereço comercial em Barueri/SP, na Avenida Alphaville, nº 779, Empresarial 18 do Forte, CEP 06472-010, e sua Diretora: **APARECIDA LOPES**, brasileira, solteira, economista, portadora do R.G nº 8.199.568, inscrita no CPF nº 841.076.268-49, com endereço comercial na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco/SP, ora de passagem por esta cidade; por mim identificados, conforme documentos mencionados, do que dou fé e perante mim, pelas OUTORGANTES, por seus representantes legais, me foi dito que por este público instrumento nomeiam e constituem seus bastantes procuradores os advogados: **1) MARIA CECILIA DE LIMA AUILO**, divorciada, inscrita na OAB/SP nº 75.446 e no CPF nº 050.970.698-38; **2) CLÁUDIA HECK MACHADO**, divorciada, inscrita na OAB/SP sob o nº 118.080 e no CPF nº 533.731.700-87; **3) MANUELA LEITE CARDOSO**, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 95.223 e no CPF nº 037.657.437-20; **4) MARCO ANTONIO MOREIRA**, casado, inscrito na OAB/MG sob o nº 80.805-B e no CPF nº 250.202.261-49; **5) FABIANA VIEIRA MARTINS**, divorciada, inscrita na OAB/SP sob o nº 153.829, e no CPF nº 151.595.288-65; **6) RENATO DELEUSE VENNA**, casado, inscrito na OAB/SP sob o nº 94.463 e no CPF nº 080.269.188-94; **7) MARIÂNGELA DE MENEZES NUNES VIEIRA DE SOUSA**, casada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 73.441 e no CPF nº 773.614.907-00; **8) ANA BEATRIZ CONDE GALVÃO ZENHA**, casada, inscrita OAB/RJ sob o nº 91.226, e no CPF nº 008.522.537-43; **9) ANDRÉ LUÍS RHEIN DA SILVA CORDEIRO**, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 64.389 e no CPF nº 741.708.997-68; **10) ARMINDA MACIEL ALBARELLI**, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 58.059 e no CPF nº 754.806.467-53; **11) DEBORA RESENDE DE LAMARE BIOLCHINI**, casada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 100.347 e no CPF nº 783.213.877-72; **12) JOSÉ HENRIQUE FERNANDES DO AMARAL**, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 95.827 e no CPF nº 032.938.037-09; todos com escritórios nos seguintes Estados: Rio de Janeiro: Rua Barão de Itapagipe, nº 225, Rio Comprido, Rio de Janeiro, CEP 20261-901, e São Paulo, na Avenida Alphaville nº 779, Empresarial 18 do Forte, Barueri, CEP 06472-010, com endereço eletrônico judicial@bradescoseguros.com.br, aos quais concedem, em conjunto ou separadamente, os poderes "Ad Judicia" para o foro em geral, em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo propor e variar de ações, contestar, postular o que necessário for em defesa dos direitos das OUTORGANTES, podendo representá-las em audiência de conciliação, instrução e julgamento para os efeitos dos artigos 331 e parágrafos 447 a 449 do Código de Processo Civil, podendo transigir e acordar em juízo ou fora dele, desistir, receber e dar quitação desde que todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, seja liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde as outorgantes figurem em conjunto ou isoladamente, como: beneficiários do crédito, devendo a





SERVIÇO NOTARIAL - RJ

Claudio Antonio Mattos de Souza
Tabellião

Tânia Castro Góes
Substituta


Av. Nilo Peçanha, 26 - A - Loja, Sobreloja, 2º e 3º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20020-100
-Tel./Fax: (21) 2544-3023 / 2524-5332 / 2215-1021 / 2216-2858 / 2215-2859
Rua Barata Ribeiro, 330 - Copacabana - Rio de Janeiro - RJ - Cep 22040-001 - Tel.: (21) 2236-0050

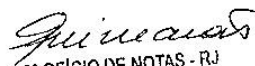
remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita para conta titulada pelas outorgantes dos beneficiários em Agência do Banco 237, específica para o recebimento dos créditos da espécie, receber citações iniciais e notificações, bem como representarem e requererem perante quaisquer repartições públicas, autarquias e empresas públicas, federais, estaduais e municipais, inclusive perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, IRB - Brasil Resseguros S.A., Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, Ministério da Saúde e Banco Central do Brasil, podendo ainda, qualquer um entre os **doze nomeados acima**, representar as **OUTORGANTES** em processos Licitatórios praticando todos os atos necessários, inclusive solicitar e prestar esclarecimentos, assinar atas, cartas de credenciamento, documentos pertinentes, assinar contratos e documentos de seguro bem como declarações que venham a ser exigidas pelos licitantes, interpor impugnações, recursos e desistir dos mesmos, firmar compromissos, celebrar acordos e transações extrajudiciais, assinar termos de penhora, bem como substabelecer, em conjunto de **dois** entre os **doze nomeados**, com reserva, a pessoa legalmente habilitada, os poderes ora conferidos, exceto o de receber citações iniciais e notificações, mencionando ainda, expressamente no respectivo instrumento a condição acima estabelecida, relativamente aos poderes para receber e dar quitação, com a indicação da conta corrente de titularidade de cada uma das outorgantes, onde deverá(ão) ser depositado(s) o(s) seu(s) respectivo(s) crédito(s) vedados, assim os substabelecimentos para uso indeterminado ou genérico, ficam também concedidos os poderes para nomear preposto para ações de qualquer natureza. O exercício dos poderes para oferecer queixas ou representações criminais, dependerá sempre, de prévia autorização do(s) outorgante(s). Os outorgados ora constituídos ficam cientes de que ao se desligarem do quadro de funcionários do Grupo Bradesco Seguros, não mais poderão exercer quaisquer poderes constantes deste instrumento, ficando sem efeito os atos praticados após o seu desligamento, sendo inclusive responsáveis por perdas e danos causados pelo uso indevido dos poderes revogados em decorrência do seu desligamento. Lavrada sob minuta. Foram apresentados e ficam aqui arquivados, cópias dos Estatutos Sociais e dos Contratos Sociais das **OUTORGANTES** e das Identidades e dos CPFs dos representantes. Foi expedida 01 certidão a pedido da **OUTORGANTE**. Certifico que pelo presente ato são devidas custas no valor de R\$ 267,43 a que se refere a Tabela VII, nº 2, letra "b"; R\$32,82 a que se refere a comunicações (distribuidor, Censec); R\$ 9,44 a que se refere a arquivamento; R\$61,93 a que se refere a Lei 3.217/99; R\$13,54 a que se refere a Mutua dos Magistrados/ ACOTERJ; R\$15,48 a que se refere ao FUNDPERJ; R\$ 15,48 a que se refere ao FUNPERJ; R\$12,38 a que se refere ao FUNARPEN/RJ; R\$ 5,34 a que se refere ao PMCMV; R\$ 48,91 a que se refere a distribuição; consulta ao Sistema de Módulo de Apoio ao Serviço MAS nºs 0710-EAG-00111639; 0710-GHB-

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, SEM FIM DAS ESCRITURAS

088559AA019624



00111640; 0710-FYS-00111642 e 0710-XYQ- 00111643, expedidas gratuitamente, de acordo com o Provimento CGJ RJ nº 36/2015 de 16.06.2015, aqui arquivadas. Assim o disseram e me pediram que lhes Lavrasse a presente que lhes li, aceitam e assinam declarando dispensar o comparecimento de testemunhas, tal como faculta a legislação vigente. Eu, (LUCY DUARTE GUIMARÃES), Substituta do Tabelião, mat. 94/1432, lavrei, li e encerro o presente ato colhendo as assinaturas. (ass.) REP. DAS 1ª a 8ª OUTORGANTES – IVAN LUIZ GONTIJO JÚNIOR// REP. DAS 1ª a 8ª OUTORGANTES – HAYDEWALDO ROBERTO CHAMBERLAIN DA COSTA// REP. DA 9ª OUTORGANTE – JORGE POHLMANN NASSER// REP. DA 9ª OUTORGANTE – APARECIDA LOPES. CERTIFICADA NA MESMA DATA. Eu,  digitei, subscrevo e assino a presente certidão.


10º OFÍCIO DE NOTAS - RJ
Lucy Duarte Guimarães
Matr. 94/1432
Substituta do Tabelião

Paquetização Eletrônica
TJERJ
Carregadora Geral da Justiça
Sistema de Paquetização Eletrônica
EBSL27947-CYE
Para saber a validade do sistema
http://www.tjpb.jus.br/sistema





SERVIÇO NOTARIAL - RJ

Claudio Antonio Mattos de Souza
Tabelião

Tânia Castro Góes
Substituta

Av. Nilo Peçanha, 26 - A - Loja, Sobrelaje, 2º e 3º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Cep 22020-100
Tel./Fax: (21) 2544-3023 / 2524-5332 / 2215-1021 / 2215-2858 / 2215-2859
Rua Barata Ribeiro, 330 - Copacabana - Rio de Janeiro - RJ - Cep 22040-001 - Tel.: (21) 2235-3050

ATO Nº 021

LIVRO Nº 1993

FOLHA Nº 022


SUBSTABELECIMENTO DE PROCURAÇÃO bastante que faz,
MANUELA LEITE CARDOSO e outro, na forma abaixo:

S A I B A M quantos este público instrumento de substabelecimento de procuração bastante virem que aos cinco (05) dias do mês de setembro de dois mil e dezesseis (05.09.2016), na sede deste 10º Ofício de Notas, na Avenida Nilo Peçanha, nº 26, 2º andar, Castelo e perante mim, LUCY DUARTE GUIMARÃES, Substituta do Tabelião, mat. 94/1432, compareceram como **OUTORGANTES - MANUELA LEITE CARDOSO**, brasileira, solteira, maior, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 95.223 e no C.P.F. sob o nº 037.657.437-20 e **ANDRÉ LUÍS RHEIN DA SILVA CORDEIRO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 64.389 e no C.P.F. sob o nº 741.708.997-68, ambos com domicílio nesta cidade na Rua Barão de Itapagipe, nº 225, Rio Comprido; por mim identificados, conforme documentos mencionados, do que dou fé e pelos OUTORGANTES, me foi dito que por este público instrumento, substabelecem, com reservas de iguais poderes, nas pessoas dos Advogados **RENATO TADEU RONDINA MANDALITI**, brasileiro, casado, inscrito nos quadros da OAB sob os seguintes números: OAB/SP sob o nº 115.762, OAB/RJ sob o nº 123.511, OAB/PB sob o nº 115.762-A e OAB/PA sob o nº 19.390-A, inscrito no CPF/MF nº 096.101.418-03; **JOSÉ GUILHERME GERIN**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 264.515 e no CPF/MF nº 306.191.808-62, ambos integrantes do escritório **MANDALITI ADVOGADOS**, inscrito no CNPJ sob o nº 02.918.583/0001-60, e na OAB/SP nº 3.937, com sede na Rua Antonio Alves, nº 29-16, Térreo e 1º andar, Vila Guedes de Azevedo, Bauru/SP, CEP: 17012-431, Telefone: (11)3093-4007 / 3093-4009, e-mail: seguros@mandaliti.com.br, os seguintes poderes que me foram conferidos pelas Cias: **ATLÂNTICA COMPANHIA DE SEGUROS** (anteriormente denominada **FINASA SEGURADORA S.A.**); **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRADESCO CAPITALIZAÇÃO S.A.** (sucessora por incorporação da Atlântica Capitalização S.A.); **BRADESCO SAÚDE S.A.**, **BRADESCO SEGUROS S.A.**; **BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.** (sucessora por incorporação da Alvorada Vida S.A.); **MEDISERVICE OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE S.A.**; **MULTIPENSIONS**, **BRADESCO - FUNDO MULTIPATROCINADO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**, através do Instrumento Público de Procuração lavrado no 10º Ofício de Notas/RJ, Livro 1987 - Fls. 048 de 01/09/2016: "Ad Judicia" - para o foro em geral, podendo representar a **OUTORGANTE** em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo propor e variar de ações, contestar, postular o que necessário for em defesa dos direitos da **OUTORGANTE**, podendo representá-la em audiência de conciliação, instrução e julgamento para os efeitos dos artigos 447 e 448 do Código de Processo Civil, podendo transigir e acordar em juízo ou fora dele, desistir, receber e dar quitação desde que todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, seja liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a **OUTORGANTE** figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita em favor da respectiva empresa conforme os dados bancários a seguir discriminados: a Bradesco Seguros, Agência 0001-9, Conta nº 262.615-2, Banco 237, sendo que nos casos envolvendo: Bradesco Saúde S.A., Agência 0001-9, Conta nº 262.619-5; Bradesco Capitalização S.A., Agência 0001-9, Conta nº 262.621-7; Bradesco Vida e Previdência S.A., Agência 0001-9, Conta nº 262.613-6; Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, Agência 0001-9, Conta nº 262.617-9; Atlântica Companhia

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

088559AA 106520



de Seguros (anteriormente denominada Finasa Seguradora S.A.), Agência 0001-9, Conta nº 262.625-P; Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., Agência 0001-9, Conta nº 262.461-3, Multipensions, Bradesco – Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, Agência 0001-9, Conta nº 252.569-0, todas do Banco 237, exceto quando à verba relativa à sucumbência atribuída judicialmente à OUTORGANTE, bem como representar e requerer perante os órgãos de proteção e defesa do consumidor e quaisquer repartições públicas, autarquias e empresas públicas, federais, estaduais e municipais, inclusive junto a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, IRB – Brasil Resseguros S.A., Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, Ministério da Saúde e Banco Central do Brasil, bem como para subestabelecer. E ainda, **em conjunto**, nomear preposto para representar a OUTORGANTE perante os Juizados Especiais Cíveis, Órgão de Proteção ao Consumidor – PROCON e Varas Cíveis. Lavrada sob minuta. Foram apresentados e ficam arquivados, cópias das identidades e dos CPFs dos OUTORGANTES. Foi expedida 01 certidão a pedido da OUTORGANTE. Foram apresentadas certidões de nº 0710-FHG-00113000 e nº 0710-EST-00113001 de acordo com o provimento CGJ/RJ 36/2015. Certifico que pelo presente ato são devidas custas no valor de R\$ 223,09 a que se refere a Tabela VII, nº 2, letra “b”; R\$ 32,82 a que se refere a comunicações; R\$ 9,44 a que se refere a arquivamento; R\$ 53,07 a que se refere a Lei 3.217/99; R\$ 13,26 a que se refere a FUNDPERJ e R\$ 13,26 a que se refere a FUNPERJ; R\$10,61 a que se refere a FUNARPEN; R\$ 13,54 a que se refere a Mútua dos Magistrados/ACOTERJ; R\$ 4,46 a que se refere a PMCMV – Lei Estadual 6370/12 (Programa Minha Casa Minha Vida); R\$ 28,00 a que se refere a distribuição; R\$ 13,97 (ISSQN). Eu, (LUCY DUARTE GUIMARÃES), Substituta do Tabelião, Matrícula nº 94/1432, lavrei, li e encerro o presente ato, colhendo as assinaturas. (ass.) OUTORGANTE – MANUELA LEITE CARDOSO// OUTORGANTE – ANDRÉ LUÍS RHEIN DA SILVA CORDEIRO. CERTIFICADA NESTA DATA. RIO DE JANEIRO, 29 DE MARÇO DE 2018.- Eu,  digitei, subscrevo e assino a presente certidão.


1º OFÍCIO DE NOTAS - RJ
Lucy Duarte Guimarães
Matr. 94/1432
Substituto do Tabelião

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
ECMZ79434-CDO
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva de poderes, nas pessoas dos advogados abaixo nomeados:

PAULO EDUARDO PRADO OAB/SP 182.951

KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI OAB/SP 178.033

REINALDO L. T. R. MANDALITI OAB/SP 257.220

JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO OAB/SP 126.504

com escritório na Avenida Getúlio Vargas, n.º 3-03, Vila Guedes de Azevedo - Bauru - SP, CEP 17.017-000, os poderes que me foram conferidos pelas Cias: **ATLANTICA COMPANHIA DE SEGUROS** (anteriormente denominada **FINASA SEGURADORA S.A.**); **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRADESCO CAPITALIZAÇÃO S.A.** (sucessora da incorporação da Atlântica Capitalização S.A.); **BRADESCO SAÚDE S.A.**; **BRADESCO SEGUROS** ; **BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.** (sucessora por incorporação da Alvorada Vida S.A.); **MEDISERVICE OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE S.A.**

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016.


RENATO TADEU RONDINA MANDALITI
OAB/SP N.º 115.762



Id. 1828648

Id: 1038737

CNPJ/MF nº 25.635.129/0001-05

Id: 102077

ID: 1020550

doi:10.1017/S0022292511000511



ATAS, CERTIDÕES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associações, Sociedades e Firms

ENGETEC CONSTRUÇÕES E MONTAGENS S/A
CNPJ nº 03.652.459/0001-01 - NIRE 33.000.857.08

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2015. Local, Dia e Hora: Sede da Engetec Construções e Montagens S/A ("Companhia"), na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Santa Luzia nº 851, 22º andar, parte Centro, no dia 28 de abril de 2015, às 10:00 horas. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da acionista única, Engetec Participações em Engenharia e Construção S/A, representando a totalidade do capital social, na forma do § 4º do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Mesa: Presidente: Amílcar Bastos Falcão e Secretário: Ricardo da Boa Viagem Parahyba. Ordem do Dia: Exame, discussão e votação acerca da renúncia e eleição dos integrantes da Diretoria. Deliberações: A acionista única decidiu: (a) aceitar a renúncia coletiva dos integrantes da Diretoria e, tendo sido verificada a inexistência de impedimento por lei especial, ou condicional por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, conforme declaração que constará dos respectivos Termos de Posse, eleger as pessoas a seguir qualificadas, para um mandato de 3 (três) anos, conforme assinaturas dos respectivos Termos de Posse, lavrados em livro próprio: Luiz Augusto Rosa Gomes, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 15167359, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrito no CPF sob o nº 143.527.538-42; e Marcos Alessandro Vieira Hipólito, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 020.248.740-1, expedida pela Secretaria de Estado e Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CPF sob o nº 361.706.476-45, ambos residentes nesta Cidade e domiciliados na Rua Santa Luzia, nº 551, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20030-041. O valor da remuneração dos integrantes da Diretoria será deliberado em ato posterior; (b) aprovar a lavratura sumariada da Ata, determinando o arquivamento na Companhia, depois de rubricadas pela mesa, dos documentos que interessam à Assembleia realizada. Encerramento e Data: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lida e aprovada. Rio de Janeiro, 29 de abril de 2015. ASSINATURAS: Presidente: Amílcar

SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações	
Associações, Sociedades e Firms	1
Aviões, Ediais e Termos	
Associações, Sociedades e Firms	19
Condomínios	21
Extravio de Documentos	21
Leilões Extrajudiciais	21

car Bastos Falcão, Secretário: Ricardo da Boa Viagem Parahyba. Acionista: Amílcar Bastos Falcão e Ricardo da Boa Viagem Parahyba p/Engetec Participações em Engenharia e Construção S/A. "Confere com o original lavrado no livro próprio". Ricardo da Boa Viagem Parahyba - Secretário da Mesa. CERTIDÃO - Juceja registro nº 00002757274 em 06/05/2015. Bernardo F. S. Bervanger - Secretário-Geral. Id: 1829743

BRADESCO SAÚDE S.A.

CNPJ nº 92.633.118/0001-60 - NIRE 33.300.159.541

Grupo Bradesco Seguros

Ata Sumária da 126ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31.3.2015. Data, Hora e Local: Em 31.3.2015, às 13h, na sede social, Rua Sena da Lapageia, 225, parte, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20261-901. Mesa: Presidente: Arnaldo Pereira; Secretário: Ismael Ferraz. Quorum de Instalação: Totalidade do Capital Social. Edital de Convocação: Dispensada a publicação, de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. Deliberação: aprovadas, sem qualquer alteração, as resoluções, as propostas da Diretoria, registradas no Relatório de Gestão desta data (31.3.2015), dispensadas suas transcrições, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, para: I) aumentar o Capital Social: a) no valor de R\$ 79.687.500,00, elevando-o de R\$ 2.462.000.000,00 para R\$ 2.541.687.500,00, com a emissão de 300.887 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 265,017814467 por ação, com integralização a vista, no ato da subscrição, de 100% do valor das ações subscritas. O preço de emissão foi fixado com base no valor do último contábil por ação da Sociedade em 28.2.2015, de conformidade com o disposto no inciso II do Parágrafo Primeiro do Artigo 170 da Lei nº 6.404/76; b) no valor de R\$ 312.499,65, elevando-o de R\$ 2.541.687.500,00 para R\$ 2.542.000.000,00, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária", de acordo com o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76. Em seguida, a Bradesco Seguros S.A., única acionista da Sociedade, por seu representante legal, assinou o respectivo Boletim

de Subscrição, subscritendo as 300.887 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, e integralizando no ato, conforme segue: R\$ 50.000.000,00 em moeda corrente nacional e R\$ 29.687.500,00 mediante a utilização de crédito de sua titularidade assistida na Sociedade, proveniente dos Dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária em 27.3.2015. II) alterar, em decorrência da aprovação das propostas de aumento do capital social, o "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 6º) O Capital Social é de R\$ 2.542.000.000,00 (dois bilhões, quinhentos e quarenta e dois milhões), dividido em 14.547.029 (quatorze milhões, quinhentas e quarenta e sete mil e vinte e nove) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal". Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para a deliberação tomada o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata, sendo aprovada por todos e assinada: aa) Presidente: Arnaldo Pereira; Secretário: Ismael Ferraz; Acionista: Bradesco Seguros S.A., representada por seus procuradores, senhores Arnaldo Pereira e Ismael Ferraz. Declaração: Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. BRADESCO SAÚDE S.A.: Ismael Ferraz; Arnaldo Pereira. CERTIDÃO - Juceja - Certificado de deferimento em 04/05/2015 e o registro sob nº 00002755977. Bernardo F. S. Bervanger - Secretário-Geral. Id: 1830163

CONCESSIONÁRIA PORTO NOVO S.A.

CNPJ/MF nº 12.745.710/0001-05 - NIRE 33.300.295.623

Ata da Reunião do Conselho de Administração. Dia, Hora e Local: No dia 06 de março de 2015 às 10h00min, na sede da Companhia, localizada na Rua Pedro Alves, nº 307, galpão 10, bairro Santo Cristo, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.220-283. Convocação: Feita na forma do Estatuto Social da Concessionária Porto Novo S.A. ("Companhia"). Presença: A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Mesa: Leandro Andrade Azevedo, Presidente; Carla Nunes Fortes do Nazareth, Secretária. Deliberação: Após análise e discussão da matéria, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo 15, §1º do Estatuto Social, aprovou, por unanimidade, a mudança de endereço da filial da Companhia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.745.710/0002-89, com registro de NIRE 339.0112578-1 e com endereço situado à Rua Santo Cristo, nº 135, Santo Cristo, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20220-302, para atender a necessidade da Unidade de Apoio e Conservação ("UAC"), passando a referida filial a ser situada à Rua Pedro Alves, nº 307, salas 203 e 204, Santo Cristo, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20220-283. Encerramento da Ata: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, a qual foi lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros presentes, pelo Presidente da mesa e pela Secretária da Reunião, Rio de Janeiro, 06 de março de 2015. Mesa: Leandro Andrade Azevedo - Presidente; Carla Nunes Fortes do Nazareth - Secretária. Conselho de Administração: Leandro Andrade Azevedo; Marcelo Eduardo Figueira Costa; Marcelo Antonio Carvalho Macedo. Id: 1829751

Acorb Agropecuária S/A

CNPJ/MF nº 29.027.315/0001-04

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos-lhes as demonstrações contábeis da Acorb Agropecuária S/A para o exercício findo em 31/12/2014. As demonstrações contábeis referidas abaixo representam a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e o fluxo de caixa, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira. A Diretoria

Balanco Patrimonial para o exercício findo em 31/12/2014		Valores expressos em Reais (R\$)	
	31/12/2013	31/12/2014	
ATIVO			PASSIVO
Ativo Circulante			Passivo Circulante
Disponibilidades	84.882,85	7.622,68	Salários a pagar
Adiantamento Salário	1,18	1,15	Fornecedores
Adiantamentos Diversos	2.576,96	2.576,96	Provedores e Obrigações Sociais
Adiantamento a Fornecedores	371.952,43	405.330,98	Provedores de Encargos Trabalhistas
Impostos a Recuperar	641.187,04	565.689,58	Adiantamento de Clientes
Despesas de exercício seguintes	10.380,84	10.658,68	Outros Débitos
	1.119.981,27	992.629,38	
Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante
Débitos de diretores e acionistas	4.899.721,36	3.340.222,47	AFAP Arcos
4.899.721,36	3.340.222,47		
Imobilização Técnica	1.766.197,46	1.668.583,82	Patrimônio Líquido
	1.766.197,46	1.668.583,82	Capital
Total do Ativo	7.785.900,09	6.001.435,67	Reservas de Lucros

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

1. Contexto Operacional: A empresa Acorb Agropecuária S.A. ("Sociedade"), foi constituída em 24 de Agosto de 1964 e tem por objeto social a exploração de atividade agropecuária em geral, inclusive o comércio de produtos agrícolas e animais, podendo ainda participar de outras sociedades ou empreendimentos, sob qualquer modalidade legalmente admitida, seja qual for a sua natureza. 2. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, seguindo as práticas contábeis descritas abaixo: Apuração do resultado. O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices ou a taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo, incluindo, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização. Ativos circulantes e não circulante. Os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são apresentados ao valor da realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias auferidos, ou ao custo, no caso das despesas antecipadas. Imobilização. O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A exatidão de sua de em função da exploração de madeira referente ao terreno. Passivos circulantes e não circulante. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, os rendimentos de renda e contribuições monetárias au



GERADORA EÓLICA VENTOS DE SANTA MADALENA SPE S.A.

CNPJ 20.140.318/0001-85

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO 31/12/2014

Adição ao intangível (*) 5.140

Adição ao imobilizado 2

Transações não envolvendo caixa 5.142

(*) Representada pela Cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Parque Eólico Ventos de Santa Madalena (vide Notas Explicativas nºs. 8 e 9b)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Alvaro Luiz de Amorim Miranda - Presidente
Luís Claudio Kuhnert - Conselheiro
Rodrigo Figueiredo Sória - Conselheiro

Lucas Bezerra de Menezes Alencar Arraio - Conselheiro
Clecio Antonio Campodónico Eloy - Conselheiro
Vitoria Bezerra de Menezes Alencar Arraio - Conselheiro

DIRETORIA:

Marcus Vinicius do Nascimento - Diretor Técnico
José Luiz Oliveira de Aguiar - Diretor Administrativo-Financeiro

Contadora:

Maria Inês Dressler - Contadora
CRC-RS-048754/O-4-T-SC

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, na sede social da Companhia, após exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 da Companhia, e respectivos Pareceres dos Auditores Independentes, os quais não contém

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A. - Rio de Janeiro - RJ: Examinamos as demonstrações contábeis da Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A., que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido dos fluxos de caixa para o período inicial de operações, de 9 (nove) meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e também que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a

respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para proporcionar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período inicial de operações, de 9 (nove) meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2015. Ana Cristina Linhares Azeiteira - Contadora CRC RJ-081.409/O-3. Grant Thornton Auditores Independentes - CRC SP-025.583/O-1 "S" - RJ.

id: 1794930

ESTACIONAMENTO DO EDIFÍCIO DO CONDOMÍNIO SHOPPING CENTER DA GÁVEA S/A

CNPJ nº 29.469.921/0001-80

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Prezados Acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das informações contidas nas notas explicativas, colocando-se a Diretoria à disposição dos Senhores Acionistas para esclarecimentos que se fizerem necessários. José Hernani Campelo de Sousa - Administrador - CPF 370.905.157-15.

BALANÇO PATRIMONIAL		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO DIRETO	
ATIVO	31/12/2014 R\$	31/12/2013 R\$	31/12/2014 R\$	31/12/2013 R\$	2014
CIRCULANTE	11.722.579,48	9.553.162,77	RECEITA OPERACIONAL BRUTO	15.056.484,78	Variação
DISPONIBILIDADES	11.722.579,48	9.553.162,77	Receita de Estacionamento	8.380.892,56	50.675,76
Banco Conta Movimento	6.997,60	0,00	Receita de Aluguéis	7.675.592,23	36.120,17
Aplicações no Mercado Aberto	11.655.884,28	9.049.144,28	DEDUÇÕES DA RECEITA	(1.020.439,12)	(46.180,74)
Contas Correntes	554.697,60	504.017,84	ISS	(424.160,79)	
NÃO CIRCULANTE	508.995,31	519.055,88	PIS	(104.380,93)	
IMOBILIZADO	508.995,31	519.055,88	COFINS	(481.751,00)	
Móveis e Utensílios	0,00	3.792,55	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15.036.192,07	(383.041,53)
Máquinas e Equipamentos	481.163,65	466.112,63	RECEITAS FINANCEIRAS	767.235,64	369.157,27
Instalações	9.380,57	17.061,35	Receita Financeira	761.041,30	374.633,61
Equipamentos de Informática	12.440,17	25.729,54	(-) Despesas Financeiras	(13.805,66)	(5.476,34)
Direito de Uso - Software	5.427,42	659,80	DESPESAS OPERACIONAIS	(5.163.395,18)	(4.232.456,43)
TOTAL DO ATIVO	12.231.574,79	10.072.218,65	Administrativas	(1.486.781,97)	(1.215.124,55)
PASSIVO	31/12/2014 R\$	31/12/2013 R\$	Tributárias (IRPJ/CSLL)	(1.989.287,22)	(1.588.582,94)
CIRCULANTE	814.130,93	769.807,22	Serviços Prestados	(610.347,00)	(545.837,04)
CONTAS E PROVISÕES	814.130,93	769.807,22	Pessoal	(1.066.978,09)	(676.911,90)
Obrigações Tributárias	769.812,15	533.988,69	RESULTADO DO EXERCÍCIO	10.620.832,53	9.010.214,31
Obrigações Trabalhistas	2.896,00	0,00			
Contas a Pagar	25.000,00	0,00	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Dividendos a Pagar	77.622,70	235.816,53			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.422.443,96	9.302.411,43	RESERVA	RESERVA DE	RESERVA DE
CAPITAL SOCIAL	10.000,00	10.000,00	MOVIMENTAÇÃO	CAPITAL INVESTIMENTO	LEGAL
RESERVAS DE CAPITAL	8.000,00	8.000,00	SALDO EM 31/12/2012	10.000,00	4.000,00
Reserva de Investimentos	4.000,00	4.000,00	ADJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00
Reserva Garantia Dividendos	4.000,00	4.000,00	LUCRO LÍQUIDO	0,00	0,00
RESERVA ESTATUTÁRIA	2.000,00	2.000,00	DIVIDENDOS PROPOSTOS	0,00	0,00
Reserva Legal	2.000,00	2.000,00	SALDO EM 31/12/2013	10.000,00	4.000,00
RESERVA DE LUCROS	11.402.443,96	9.282.411,43	LUCRO LÍQUIDO	0,00	0,00
Lucros Acumulados	11.402.443,96	9.282.411,43	DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO	12.231.574,79	10.072.218,65	SALDO EM 31/12/2014	10.000,00	4.000,00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2014

1) PRÁTICAS CONTÁBEIS: 1.1) As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os dispositivos da Lei nº 6.404/76, Lei nº 6.386/07 e demais alterações à MP 449/08. 1.2) O imobilizado está registrado pelo método de aquisição, atualizado monetariamente até 31/12/2014 e em valores nominais

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem a operação no regime de lucro presumido. 2) CAPITAL SOCIAL/RESERVA LEGAL: 2.1) O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais); 2.2) A Reserva legal já está no limite máximo permitido (20% do Capital Social) por esse motivo não levamos a constituição de uma nova reserva.

de Renda e a Contribuição Social são calcul



BRADESCO SAÚDE S.A.
Grupo Bradesco de Seguros e Previdência
CNPJ nº 92.693.118/0001-60 - NIRE 33.300.159.541

Ata Sumária da 118ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26.12.2013. Data, Hora e Local: Em 26.12.2013, às 11h, na sede social, Rua Barão de Itapagipe, 225, parte, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20261-901. Mesa: Presidente Ivan Luiz Gonjô Junior, Secretário: Arnovaldo Pereira. **Quórum de Instalação:** Totalidade do Capital Social. **Edital de Convocação:** Dispensada a publicação, de conformidade com o disposto no §4º do Art. 124 da Lei nº 6.404/76. **Deliberação:** - aprovada, sem qualquer alteração ou ressalva, a Proposta da Diretoria, registrada na Reunião daquela Órgão de 20.12.2013, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, para aumentar o capital social no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), elevando-o de R\$1.955.016.535,79 (um milhão, novecentos e sessenta e cinco milhões, dezesseis mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e nove centavos) para R\$2.255.016.535,79 (dois milhões, duzentos e sessenta e cinco milhões, dezesseis mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e nove centavos), com a emissão de 1.477.956 (um milhão, quatrocentos e sessenta e sete mil, novecentos e sessenta e sete) novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, no preço de R\$202,98162130 cada uma, com integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. Em seguida, os representantes da Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., única acionista da Sociedade, assinaram o respectivo Boletim de Subscrição, subcredo no 1.477.956 (um milhão, quatrocentos e sessenta e sete mil, novecentos e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, e integralizando no ato, em moeda corrente nacional. Em consequência, o "caput" do Artigo 9º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 9º O Capital Social é de R\$2.255.016.535,79 (dois milhões, duzentos e sessenta e cinco milhões, dezesseis mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e nove centavos), dividido em 13.389.907 (treze milhões, trezentas e oitenta e nove mil, novecentas e sete) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal". Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encaminhou que para a deliberação tomada o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período e como ninguém se manifestou, foi a Ata lavrada no livro próprio e lida, sendo aprovada por todos e assinada. a) Presidente: Ivan Luiz Gonjô Junior, Secretário: Arnovaldo Pereira, Acionista: Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., representada por seus Diretores, senhores Ivan Luiz Gonjô Junior e Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa. **Declaração:** Declaramos que os devidos fins que a presente cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Bradesco Saúde S.A. - Flávio Bitler - Diretor; Manoel Antonio Peres - Diretor; Bradesco Saúde S.A. - Estatuto Social - Título I - Da Organização, Duração e Sede:** Art. 1º A Bradesco Saúde S.A., doravante denominada Sociedade, reger-se-á pelo presente Estatuto. Art. 2º O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. Art. 3º A Sociedade tem sede e foro na Rua Barão de Itapagipe, 225, parte, Rio Comprido, no município e comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Art. 4º Poderá a Sociedade instalar ou suprir Sucursais, Filiais, Escritórios e Dependências de qualquer natureza no País e no Exterior, a critério da Diretoria, observados os preceitos legais. **Título II - Dos Objetivos Sociais:** Art. 5º A Sociedade tem por objeto o desenvolvimento e a exploração de operações de seguros privados, exclusivamente no ramo de assistência à saúde, em quaisquer de suas modalidades, tais como definidas na legislação em vigor, vedada a atuação em quaisquer outros ramos ou modalidades de seguros, podendo, ainda, participar como Sócia ou Acionista de outras Sociedades. **Título III - Do Capital Social:** Art. 6º O Capital Social é de R\$2.255.016.535,79 (dois milhões, duzentos e sessenta e cinco milhões, dezesseis mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e nove centavos), dividido em 13.389.907 (treze milhões, trezentas e oitenta e nove mil, novecentas e sete) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro -** Nos aumentos de capital, a parcela de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) será realizada no ato da subscrição e o restante será integralizado mediante chamada da Diretoria, observados os preceitos legais. **Parágrafo Segundo -** Todas as ações da Sociedade são escriturais, permanecendo em contas de depósito, na Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo ser cobrados dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das referidas ações. **Título IV - Da Administração:** Art. 7º A Sociedade será administrada por uma Diretoria, eleita pela Assembleia Geral, com mandato de 1 (um) ano, estendendo-se até a posse dos novos Administradores eleitos, composta de 3 (três) a 11 (onze) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, de 1 (um) a 2 (dois) Diretores Gerentes e de 1 (um) a 8 (oito) Diretores. Art. 8º Aos Diretores compete administrar e representar a Sociedade, com poderes para obrigá-la em quaisquer atos e contratos de seu interesse, podendo transgredir e renunciar direitos a adquirir, alienar e onerar bens, observando o disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo. **Parágrafo Primeiro -** Dependência de prévia autorização do Conselho de Administração do acionista controlador direto ou indireto: a) a aquisição, alienação ou oneração de bens integrantes do Ativo Permanente e de participações societárias de caráter não permanente, quando de valor superior a 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido da Sociedade, nos casos de operações com empresas não integrantes da Organização Bradesco; b) a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; c) associações envolvendo a Sociedade, inclusive participação em acordo de acionistas. **Parágrafo Segundo -** Ressalvas às exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) Diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor-Presidente ou Diretor Gerente. **Parágrafo Terceiro -** A Sociedade poderá também ser representada por no mínimo 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, ou por no mínimo 2 (dois) procuradores, em conjunto, especialmente constituídos, devendo do respectivo instrumento de mandato constar os seus poderes, os atos que poderão praticar e o seu prazo. **Parágrafo Quarto -** A Sociedade poderá ainda ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria ou por procurador com poderes específicos, nos seguintes casos: a) mandatos com cláusula "ad iudicia", hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substabelecida; b) recebimento de citações ou intimações, judiciais ou extrajudiciais; c) participação

em licitações e leilões, públicos e privados; d) em Assembleias Gerais de Cotas de empresas ou fundos de investimento de que a Sociedade participe, bem como de entidades de que seja sócia ou filiada; e) perante repartições, instituições e órgãos, públicos ou privados, desde que não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações pela Sociedade; f) em depoimentos judiciais. **Parágrafo Quinto -** Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, inclusive do Diretor-Presidente, a própria Diretoria escolherá o substituto interno dentre seus membros. Em caso de vaga, a eleição do substituto se fará de acordo com o que dispõe o Artigo 7º deste Estatuto. Art. 9º Compete à Diretoria, reunida e deliberando de conformidade com o presente Estatuto: a) deliberar sobre as condições das operações ativas e passivas; b) estabelecer o limite de endividamento da Sociedade; c) zelar para que os Diretores estejam, sempre, rigorosamente aptos a exercer suas funções; d) cuidar para que os negócios sociais sejam conduzidos com probidade, de modo a preservar o bom nome da Sociedade; e) sempre que possível, preservar a continuidade administrativa, altamente recomendável à estabilidade, prosperidade e segurança da Sociedade; f) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; g) limitado ao montante global anual aprovado pela Assembleia Geral, realizar a distribuição das verbas de remuneração e previdenciária aos Administradores; h) autorizar a concessão de qualquer modalidade de doação, contribuição ou auxílio, independentemente do beneficiário; i) aprovar a aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais; j) submeter à Assembleia Geral propostas objetivando a redução do capital social, grupamento, bonificação, ou desdobramento de suas ações, operações de fusão, incorporação ou cisão e reformas estatutárias da Sociedade. Art. 10º Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria: a) ao Diretor-Presidente, presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar e coordenar a ação dos seus membros; b) aos Diretores Gerentes, desempenhar as funções que lhes forem atribuídas, reportando-se ao Diretor-Presidente; c) aos Diretores, colaborar com o Diretor-Presidente e Diretores Gerentes no desempenho de suas funções e coordenar e dirigir as atividades das áreas que lhes ficarem atribuídas. Art. 11º A Diretoria fará reuniões sempre que necessário, deliberando validamente desde que presente mais da metade dos Diretores em exercício, com a presença obrigatória do titular do cargo de Diretor-Presidente ou seu substituto. As reuniões serão realizadas sempre que convocados os seus membros pelo Presidente ou por no mínimo 2 (dois) Diretores. A Diretoria deliberará por maioria de votos, cabendo ao Presidente voto de qualidade, no caso de empate. Art. 12º Para o exercício do cargo de Diretor é necessário dedicar tempo integral aos serviços da Sociedade, sendo incompatível o exercício do cargo de Diretor desta com o desempenho de outras funções ou atividades profissionais, ressalvados os casos em que a Sociedade tenha interesse. Art. 13º Para exercer o cargo de Diretor é necessário, ainda, que o candidato, na data da eleição, tenha: I. Diretor-Presidente - menos de 62 (sessenta e dois) anos de idade; II. Diretor Gerente e Diretor - menos de 60 (sessenta) anos de idade. **Parágrafo Único -** O limite de idade disposto nos itens "I" e "II" deste Artigo não se aplica aos Diretores da Sociedade em exercício na data de 26.3.2013, aos quais continua prevalecendo o limite de idade de menos de 65 (sessenta e cinco) anos na data de eleição para cargos de Diretor-Presidente e Diretor Gerente. **Título V - Do Conselho Fiscal:** Art. 14º O Conselho Fiscal, não-permanente, compor-se-á, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes. **Título VI - Da Assembleia Geral:** Art. 15º As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão presididas por um Presidente e um Secretário, escolhidos pelos acionistas presentes. **Título VII - Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados:** Art. 16º O ano social coincide com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro. Art. 17º São levantados balanços no fim de cada semestre, nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, facultado à Diretoria determinar o levantamento de outros balanços, em menores períodos, inclusive mensais. Art. 18º O Lucro Líquido, como definido no Artigo 191 da Lei nº 6.404, de 16.12.76, apurado em cada balanço, semestral ou anual, e após as deduções das reservas e provisões técnicas e outras com a observância das prescrições legais, terá, pela ordem, a seguinte destinação: I. constituição de Reserva Legal; II.

constituição das Reservas previstas nos Artigos 195 e 197 da mencionada Lei nº 6.404/76, mediante proposta da Diretoria "ad referendum" da Assembleia Geral; III. pagamento de dividendos propostos pela Diretoria que, somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio de que tratam os Parágrafos Segundo e Terceiro deste Artigo, que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos itens I, II e III do Artigo 202 da referida Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Primeiro -** A Diretoria fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, à conta dos Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes. **Parágrafo Segundo -** Poderá a Diretoria, ainda, autorizar a distribuição de lucros aos acionistas à título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica, em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, cuja declaração lhe é facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos. **Parágrafo Terceiro -** Os juros eventualmente pagos aos acionistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício (25%), de acordo com o Inciso III do "caput" deste Artigo. Art. 19º O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições acima previstas, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações alçadas da Sociedade, até atingir o limite de 85% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado. **Parágrafo Único -** Na hipótese da proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao Lucro Líquido do exercício conter previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio em montante superior ao dividendo obrigatório estabelecido no Artigo 15, Inciso III, e/ou retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76, o saldo do Lucro Líquido para fins de constituição da reserva mencionada neste Artigo será determinado após a dedução integral dessas destinações. Declaramos que o presente Estatuto Social desta empresa encontra-se em deliberação aprovada na AOE de 26.12.2013. Bradesco Saúde S.A. - Marcio Sérgio de Araujo Coriolano - Diretor-Presidente; Sergio Azouy Galvão - Diretor Seguro-Saúde D-S. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Nome: Bradesco Saúde S.A. - Nire: 33300159541. Certificamos que este documento é parte integrante do registro nº 00002589108 de 30/01/2014 não podendo ser utilizado separadamente. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral. Id: 1625797

BRADESCO SAÚDE S.A.
Grupo Bradesco de Seguros e Previdência
CNPJ nº 92.693.118/0001-60 - NIRE 33.300.159.541

Ata da Reunião da Diretoria, realizada em 13.1.2014. Aos 13 dias do mês de janeiro de 2014, às 17h30, na sede social, Rua Barão de Itapagipe, 225, parte, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20261-901, reuniram-se os membros da Diretoria da Sociedade sob a presidência do senhor Marcio Sérgio de Araujo Coriolano, Durando, no mínimo, os Diretores deliberaram registrar o pedido de renúncia ao cargo de Diretor da Sociedade, formulado pelo senhor Mauro Silverio Figueiredo, em carta desta data (13.1.2014), em face de ter sido eleito, em 2.1.2014, para exercer, com dedicação integral, a função de Diretor-Presidente da Odontoprev S.A., cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade, para todos os fins de direito, consignando-se, nesta oportunidade, agradecimentos pelos serviços prestados durante sua gestão. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que os Diretores presentes assinam. a) Marcio Sérgio de Araujo Coriolano, Ivan Luiz Gonjô Junior, Enrique Adan Y Cosllo, Flávio Bitler, Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa e Vinícius José de Almeida Albernaz. Declaramos que a presente cópia fiel, Bradesco Saúde S.A. - Ivan Luiz Gonjô Junior - Diretor Jurídico; Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa - Diretor; Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Nome: Bradesco Saúde S.A. - Nire: 33300159541. Certifico o deferimento em 28.01.2014 e o registro sob número 00002589108 - 30/01/2014. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral. Id: 1625798

AGENERSA
de Energia e Saneamento Básico
do Estado do Rio de Janeiro

A boa qualidade dos serviços de água/esgoto e gás canalizado também depende de você.

Call Center 0800 024 9040
ouvidoria@agenersa.rj.gov.br

www.agenersa.rj.gov.br | Telefone (21) 2332-6469 | Fax (21) 2332-6468

NOVA Imprensa Oficial
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Haroldo Zager Faria Tinoco
Diretor-Presidente

Jorge Narciso Peres
Diretor-Industrial

Valéria Maria Souto Meira Salgado
Diretora Administrativo-Financeira

DIÁRIO OFICIAL PARTE V - PUBLICAÇÕES A PEDIDO

PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATÉRIAS: As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edof/s ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rio ou Niterói.

PARTES I - PODER EXECUTIVO: Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à Assessoria para Preparação e Publicação dos Atos Oficiais - à Rua Pinheiro Machado, 519 - (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.231-901. Tels.: (0xx21) 2334-3242 e 2334-3244.

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL - RJ: Atendimento das 09:00 às 17:00 horas

Rio - Rua São José, 35, sl. 222/24
Edifício Garagem Menezes Cortes
Tels.: (0xx21) 2332-6548, 2332-6550 e Fax: 2332-6548

Niterói - Shopping Bay Market
1º piso, loja 132, Centro, Niterói, RJ.
Tels.: (0xx21) 2719-2689, 2719-2693 e 2719-2705

PREÇO PARA PUBLICAÇÃO: cm/vcol R\$ 132,00
cm/vcol para Municipalidades R\$ 92,40

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS: Deverão ser dirigidas, por escrito, ao Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 195,00 (*)
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 195,00 (*)
FUNCIÓNARIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 195,00 (*)

(*) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI.

OBS.: As assinaturas com desconto somente serão concedidas para o funcionalismo público (Federal, Estadual, Municipal), mediante a apresentação do último contracheque. A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não dispõe de pessoas autorizadas para vender assinaturas. Cópias de exemplares atrasados poderão ser adquiridas às ruas Professor Heitor Carrilho nº 81, Centro - Niterói, RJ.

ATENÇÃO: É vedada a devolução de valores pelas assinaturas do D.O.

IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua Professor Heitor Carrilho nº 81, Centro - Niterói, RJ. CEP 24.030-230. Tel.: (0xx21) 2717-4141 - PAEX - Fax (0xx21) 2717-4348

www.imprensaoficial.rj.gov.br

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 9h às 18h



ATAS, CERTIDÕES E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associações, Sociedades e Firms

BRADESCO SAÚDE S.A.
CNPJ nº 02.693.118/0001-00 - NIRE 33.300.159.541
Grupo Bradesco Seguros

Ata Sumária da 131ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30.12.2015, Data, Hora e Local: Em 30.12.2015, às 17h, na sede social, Rua Barão de Itaipuaçu, 225, parte, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20261-901. Mesa: Presidente: Arnaldo Pereira; Secretário: Ismael Ferraz. **Quorum de Instalação:** Totalidade do Capital Social. **Edital de Convocação:** Dispensada a publicação, de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Deliberação:** aprovada, sem qualquer alteração ou ressalva, a proposta da Diretoria, registrada na Reunião daquele Órgão de 18.12.2015, às 17h30, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, para aumentar o Capital Social no valor de R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), elevando-o de R\$ 3.057.000.000,00 (três bilhões e cinquenta e sete milhões de reais) para R\$ 3.187.000.000,00 (três bilhões, cento e oitenta e sete milhões de reais), com a emissão de 458.537 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e trinta e sete) novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 283.510,292225 cada uma, com integralização à vista, no ato da subscrição, de 100% do valor das ações subscritas. Na sequência dos trabalhos, os representantes legais da Bradesco Seguros S.A., única acionista da Sociedade, assinaram o respectivo Boletim de Subscrição, subscrivendo às 458.537 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, e integrando no ato, em moeda corrente nacional. Em seguida, disse o senhor Presidente que, considerando a aprovação da proposta, com a subscrição e integralização do aumento do capital, a redação do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social passará a ser a seguinte: "Artigo 6º O Capital Social é de R\$ 3.187.000.000,00 (três bilhões, cento e oitenta e sete milhões de reais), dividido em 16.854.182 (dezesseis milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, cento e oitenta e duas) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal." **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou que, para a deliberação tomada o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encorreu os trabalhos, lavrando-se a presente Ata, sendo aprovada por todos e assinada, aa) Presidente: Arnaldo Pereira; Secretário: Ismael Ferraz; Atomista: Bradesco Seguros S.A., por seus procuradores, senhores Arnaldo Pereira e Ismael Ferraz. **Declaração:** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Ismael Ferraz - Secretário, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o deferimento em 29.01.2016 e o registro sob número 00002865103. Bernardo F. S. Bervanger - Secretário-Geral.

Id: 1932392

BRADESCO SAÚDE S.A.
CNPJ nº 02.693.118/0001-00 - NIRE 33.300.159.541
Grupo Bradesco Seguros

Ata Sumária da 130ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29.12.2015, Data, Hora e Local: Em 29.12.2015, às 17h30, na sede social, Rua Barão de Itaipuaçu, 225, parte, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20261-901. Mesa: Presidente: Arnaldo Pereira; Secretário: Ismael Ferraz. **Quorum de Instalação:** Totalidade do Capital Social. **Edital de Convocação:** Dispensada a publicação, de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Deliberação:** aprovada, sem qualquer alteração ou ressalva, a proposta da Diretoria, registrada na Reunião daquele Órgão de 18.12.2015, às 17h30, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, para aumentar o Capital Social no valor de R\$ 265.000.000,00 (duzentos e sessenta e cinco milhões de reais), elevando-o de R\$ 2.792.000.000,00 (dois bilhões, setecentos e noventa e dois milhões de reais) para R\$ 2.957.000.000,00 (três bilhões, novecentos e cinquenta e sete milhões de reais), com a emissão de 934.710 (novecentos e trinta e quatro mil, setecentos e dez) novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 283.510,292225 cada uma, com integralização à vista, no ato da subscrição, de 100% do valor das ações subscritas. Na sequência dos trabalhos, os representantes legais da Bradesco Seguros S.A., única acionista da Sociedade, assinaram o respectivo Boletim de Subscrição, subscrivendo às 934.710 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, e integrando no ato, em moeda corrente nacional. Em seguida, disse o senhor Presidente que, considerando a aprovação da proposta, com a subscrição e integralização do aumento do capital, a redação do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social passará a ser a seguinte: "Artigo 6º O Capital Social é de R\$ 2.957.000.000,00 (três bilhões, novecentos e cinquenta e sete milhões de reais), dividido em 16.395.945 (dezesseis milhões, trezentos e noventa e cinco mil, seiscientos e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal." **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou que, para a deliberação tomada o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encorreu os trabalhos, lavrando-se a presente Ata, sendo aprovada por todos e assinada, aa) Presidente: Arnaldo Pereira; Secretário: Ismael Ferraz; Atomista: Bradesco Seguros S.A., por seus procuradores, senhores Arnaldo Pereira e Ismael Ferraz. **Declaração:** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Ismael Ferraz - Secretário, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o deferimento em 29.01.2016 e o registro sob número 00002865102. Bernardo F. S. Bervanger - Secretário-Geral.

Id: 1932390

SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações	
Associações, Sociedades e Firms	1
Avisos, Editais e Termos	
Associações, Sociedades e Firms	3
Extravio de Documentos	5
Órgãos de Representação Profissional	5

da Sociedade, juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 263.000.000,00 (duzentos e sessenta e três milhões de reais) por conta do resultado do exercício de 2015. O pagamento será feito até 31.12.2016, pelo valor líquido de R\$ 223.550.000,00 (duzentos e vinte e três milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), já deduzido o imposto de Renda na Fonte de 15% (quinze por cento). Os referidos juros sobre o capital próprio serão computados no cálculo do dividendo mínimo obrigatório do exercício, previsto no Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encorreu os trabalhos, lavrando-se a presente Ata, sendo aprovada por todos e assinada, aa) Presidente: Marcelo Sarão de Araújo Coriolano; Secretário: Antonio José da Barbosa; Acionista: Bradesco Seguros S.A., representada por seus procuradores, senhores Antonio José da Barbosa e Arnaldo Pereira. **Declaração:** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Antonio José da Barbosa - Secretário, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o deferimento em 29.01.2016 e o registro sob número 00002865101. Bernardo F. S. Bervanger - Secretário-Geral.

Id: 1932389

VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S/A
CNPJ Nº 02.356.066/0001-26 - Nire 3330016741-2

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2015. 1. LOCAL, DIA E HORA: Sede da Vital Engenharia Ambiental S/A ("Companhia"), na Rua Santa Luzia, 651, 21º andar, parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ, no dia 17 de dezembro de 2015, às 15h30 horas. **2. CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença dos acionistas que representam a totalidade do capital social, na forma do § 4º do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **3. MESA:** Presidente: José Eduardo Sampaio e Secretário: Amílcar Bastos Falcão. **4. ORDEM DO DIA:** Exame, discussão e votação acerca do saldo de dividendos a pagar, resultante de lucros de exercícios anteriores, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2015. **5. DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade, os acionistas decidiram que o saldo de dividendos a pagar, no valor de R\$ 17.817.489,16 (dezessete milhões, oitocentos e dezessete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e dezessete centavos), resultante de lucros de exercícios anteriores, conforme deliberado no item 6.(d) da ata da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2015, deverá permanecer na conta de reserva de lucros anteriores. **6. ENCERRAMENTO E DATA:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lida e aprovada. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2015. **7. ASSINATURAS:** Presidente: José Eduardo Sampaio e Secretário: Amílcar Bastos Falcão; Queiroz Galvão S.A., p.p. Bartolomeu Charles Lima Brederodes e Amílcar Bastos Falcão; e Gama Fundo de Investimentos em Participações, p.p. Oliveira Trust Services S.A., Acionistas. Confiar-se-á ao original lavrado no livro próprio. Amílcar Bastos Falcão - Secretário da Mesa Certifico - Juiz de Registro sob o nº 00002865221 em 22/01/2016 - Bernardo F. S. Bervanger - Secretário-Geral.

Id: 1932330

MASSARU PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.
CNPJ Nº 04.855.335/0001-84

ATA LAVRADA NA FORMA DE SUMÁRIO DA REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2015

DATA, HORA E LOCAL: Aos 21 de Dezembro de 2015, às 10h00 horas, na sede social sita à Rua São José, nº 90, Sala 1903 - parte - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20100-020.

PRESENCAS: sócios quotistas, representando a totalidade do capital social.

INSTALAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA MESA: MOYSES LEVY LIBERBAUM, Presidente e SILVIA JEANETTE EISENSTEIN, Secretária. **CONVOCAÇÃO:** Convocados por carta, compareceram quotistas representando a totalidade do Capital Social.

ORDEN DO DIA E DELIBERAÇÕES TOMADAS

(1) Foi aprovado por unanimidade a redução do número de quotas representativas do Capital Social e também a elevação do valor nominal unitário de cada uma das quotas representativas do capital social, que antes estava dividido em 8.000.000 (oito milhões) de quotas no valor nominal de R\$ 0,32 (trinta e dois centavos) cada uma e agora estará representado por 2.560.000 (dois milhões, quinhentos e sessenta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, permanecendo inalterado o valor total do capital social, que era e continuará sendo, R\$ 2.560.000,00 (dois milhões, quinhentos e sessenta mil reais) e também mantendo inalterado o percentual de participação de cada ação no capital social (o Soco MOYSES LEVY LIBERBAUM, detinha 1.520.000 quotas, no valor unitário de R\$ 0,32 cada uma, perfazendo R\$ 2.534.400,00, representando 98% do total do capital social e agora passará a ter 2.534.400 quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 cada uma, perfazendo o mesmo total de R\$ 2.534.400,00 e a sócia SILVIA JEANETTE EISENSTEIN, detinha 80.000 quotas, no valor unitário de R\$ 0,32 cada uma, perfazendo R\$ 25.600,00, representando 1% do total do capital social e agora passará a ter 25.600 quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 cada uma, perfazendo o mesmo total de R\$ 25.600,00 de quotas.

(2) Em decorrência dessa alteração será modificado o artigo 5º do contrato social que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "ARTIGO 5º O Capital Social é de R\$ 2.560.000,00 (dois milhões, quinhentos e sessenta mil reais) dividido em 2.560.000 (dois milhões, quinhentos e sessenta mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, assim distribuídas: Soco MOYSES LEVY LIBERBAUM, com 2.534.400 quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, perfazendo R\$ 2.534.400,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e quatro mil e quarenta reais) e a sócia SILVIA JEANETTE EISENSTEIN, com 25.600 quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, perfazendo R\$ 25.600,00 (vinte e cinco mil e sessenta reais), somando o Capital Social o total de R\$ 2.560.000,00, representado por 2.560.000 quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada uma".

ou uma, perfazendo R\$ 25.600,00 (vinte e cinco mil e sessenta reais), somando o Capital Social o total de R\$ 2.560.000,00, representado por 2.560.000 quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada uma".

(3) Em nova deliberação dos sócios-quotistas presentes a Reunião foi aprovado por unanimidade a elevação do Capital Social no montante de R\$ 1.640.000,00 (hum milhão, seiscientos e quarenta mil reais), com a consequente criação de 1.640.000 (hum milhão, seiscientos e quarenta mil) novas quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, quotas essas que serão subscritas pelos atuais sócios, preservados os mesmos percentuais de participação societária de cada quotista na totalidade do capital social, cabendo ao sócio MOYSES LEVY LIBERBAUM 1.623.600 quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, perfazendo o total de R\$ 1.623.600,00 e a sócia SILVIA JEANETTE EISENSTEIN, 16.400 quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada uma perfazendo o total de R\$ 16.400,00. Importâncias essas que serão integralizadas neste ato pelos sócios-quotistas em moeda corrente nacional, somando o Capital Social a partir do aumento ora aprovado a importância de R\$ 4.200.000,00.

(4) Em decorrência dessa alteração foi aprovada a modificação do artigo 5º do contrato social que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "ARTIGO 5º O Capital Social é de R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais) dividido em 4.200.000 (quatro milhões e duzentos mil) quotas, com valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, assim distribuídas: Soco MOYSES LEVY LIBERBAUM, com 4.158.000 quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, perfazendo o total de R\$ 4.158.000,00 (quatro milhões, cento e cinquenta e oito mil reais) e a sócia SILVIA JEANETTE EISENSTEIN, com 42.000 quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, perfazendo o total de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), num total de 4.200.000 quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, perfazendo o total de R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais), representado por 4.200.000 quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada uma".

ATA EM FORMA DE SUMÁRIO: Foi autorizada a redação neste formato.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente Ata, que, após lida e aprovada por unanimidade, foi assinada por mim, Secretário, pelo Presidente e pelos sócios-quotistas presentes, ficando o administrador da sociedade autorizado a publicação desta ata e ao arquivamento desta ata e da alteração do contrato perante o órgão Registro de Comércio.

ASSINATURAS: Presidente: MOYSES LEVY LIBERBAUM, Secretária SILVIA JEANETTE EISENSTEIN; Sócios - Quotistas: MOYSES LEVY LIBERBAUM e SILVIA JEANETTE EISENSTEIN.

A presente cópia é cópia fiel do original lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões de Quotistas.

Rio de Janeiro, 21 de Dezembro de 2015.

MOYSES LEVY LIBERBAUM SILVIA JEANETTE EISENSTEIN

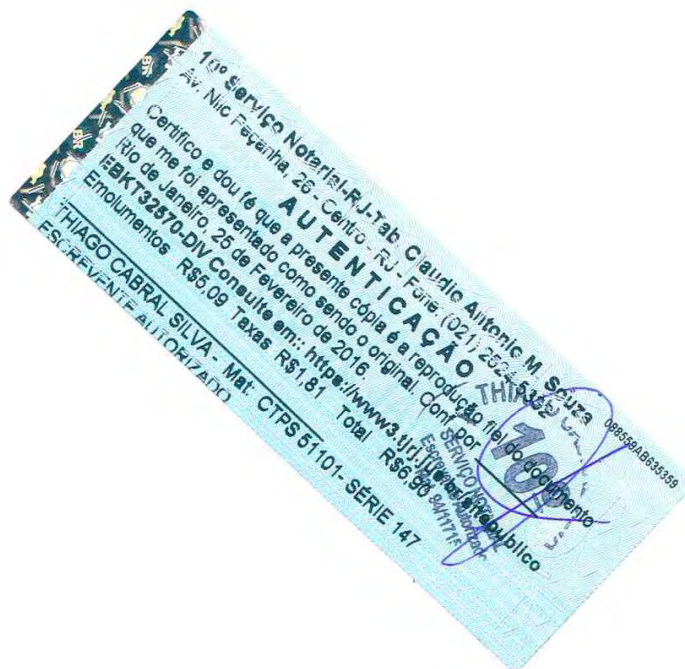
Id: 1931975

CONSUB DEFESA E TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/MF nº 22.487.990/0001-77 - NIRE nº 33300316272

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30/10/2015.

1. Data, Hora e Local: Aos 30/10/2015, às 11h00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Rio Branco, nº 108, 28º andar, parte, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.040-001. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em vista da presença de acionistas representando 100% do capital social, na forma do §4º do artigo 124 da Lei 6.404/76. **3. Mesa:** Presidente: Ricardo Martins Albuquerque; Secretário: Aloisio Gomes Sales. **4. Ordem do Dia:** 4.1. Examinar, discutir e deliberar sobre o Protocolo e Justificação de Parecer da SIEM Offshore do Brasil S.A. ("CNPJ/MF nº 27.596.568/0001-73") e Incorporação da Parcela Cindida pela Consob Defesa e Tecnologia S.A. ("Protocolo e Justificativa"), firmado em 30/10/2015 pelas administrações de ambas as companhias; 4.2. Ratificar a nomeação e contratação da GSR Consultoria Empresarial, com sede na Av. Rio Branco, nº 116, 15º andar, parte, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.880.642/0001-59 e no CRC-RJ sob o nº RJ-0031610/7 ("Empresa Avaliadora"), para a avaliação da parcela cindida da SIEM Offshore do Brasil S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Rio Branco, nº 108, 28º andar, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.596.568/0001-73 ("SIEM") a ser incorporada pela Companhia, 4.3. Apreciar e deliberar sobre o laudo de avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora ("Laudo de Avaliação"); 4.4. Deliberar acerca da incorporação da parcela cindida da SIEM, incluindo notadamente ativos da área de defesa, contratos com a administração pública e licenças ("Contratos e Licenças"), nos termos do Protocolo e Justificação; 4.5. Deliberar sobre o aumento de capital social via Companhia no valor da parcela incorporada da SIEM; e 4.6. Autorizar a prática, pelos administradores da Companhia, dos atos necessários à consumação da incorporação da parcela cindida. **5. Deliberações Unânimemente:** 5.1. Foi aprovado, em todos os seus termos, o Protocolo e Justificação, no qual são descritas as condições referentes à operação de cisão parcial da SIEM e incorporação da parcela cindida pela Companhia, nos termos descritos no documento que compõe o Anexo I desta Ata. 5.2. Foi ratificada a nomeação e contratação da Empresa Avaliadora para proceder à elaboração do Laudo de Avaliação da parcela cindida da SIEM pelo seu respectivo valor contábil, de acordo com o balanço lavrado pela Empresa Avaliadora, na data-base de 30/09/2015 para fins de sua cisão parcial. 5.3. Foi Aprovado o Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora, a qual, na data-base de 30/09/2015 avaliou a parcela cindida da SIEM em R\$ 6.839.450,93, sendo tal parcela cindida incorporada pela Companhia. O mencionado Laudo de Avaliação compõe o Anexo 4.2 do Protocolo e Justificação aprovado acima o qual, por sua vez constitui o Anexo II desta Ata. 5.4. Foi aprovada a incorporação da parcela cindida da SIEM pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação e do Laudo de Avaliação. Em decorrência de cisão parcial da SIEM, com a venda da parcela cindida à Companhia nos termos ora aprovados, a Companhia será responsável apenas pelas obrigações que lhe forem transferidas, sem solidariedade com a SIEM, nos termos do art. 233, parágrafo único da Lei nº 6.404/76. 5.5. Em razão da incorporação da parcela cindida da SIEM pela Companhia e a consequente redução do patrimônio líquido da SIEM, o valor nominal de cada uma das quotas da SIEM será aumentado em R\$ 2.332.856,02, com a emissão de 6.839.450 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pelos acionistas da SIEM na proporcionalidade de suas participações societárias, e integralizadas, assim o patrimônio líquido da Companhia em função da incorporação continua no mesmo valor subscrito em anexo (Anexo III). E.F. Concluído a incorporação de acordo.



ATAS, CERTIDÕES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associações, Sociedades e Firms

BRADESCO SAÚDE S.A.

CNPJ nº 02.693.118/0001-60 - NIRE 33.300.159.541
Grupo Bradesco Seguros

Ata Sumária da 131ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30.12.2015. **Data, Hora e Local:** Em 30.12.2015, às 17h, na sede social, Rua Barão de Itapagipe, 225, parte, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20261-901. **Mesa:** Presidente: Arnaldo Pereira; Secretário: Ismael Ferraz. **Quorum de Instalação:** Totalidade do Capital Social. **Edital de Convocação:** Dispensada a publicação, de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Deliberação:** É aprovada, sem qualquer alteração ou ressalva, a proposta da Diretoria, registrada na Reunião daquela Órgão de 18.12.2015, às 17h30, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, para aumentar o Capital Social no valor de R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), elevando-o de R\$ 3.057.000.000,00 (três bilhões e cinquenta e sete milhões de reais) para R\$ 3.187.000.000,00 (três bilhões, cento e oitenta e sete milhões de reais), com a emissão de 458.537 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, quinhentas e trinta e sete) novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 283.510,2225 cada uma, com integralização à vista, no ato da subscrição, de 100% do valor das ações subscritas. Na sequência dos trabalhos, os representantes legais da Bradesco Seguros S.A., única acionista da Sociedade, assinam o respectivo Boletim de Subscrição, subscrivendo as 458.537 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, e integrando no ato, em moeda corrente nacional. Em seguida, disse o senhor Presidente que, considerando a aprovação da proposta, com a subscrição e integralização do aumento do capital, a redação do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social passará a ser a seguinte: "Artigo 6º O Capital Social é de R\$ 3.187.000.000,00 (três bilhões, cento e oitenta e sete milhões de reais), dividido em 16.854.182 (dezesseis milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, cento e oitenta e duas) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal". Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encaminhou que, para a deliberação tomada o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata, sendo aprovada por todos e assinada a) Presidente: Arnaldo Pereira; Secretário: Ismael Ferraz; Acionista: Bradesco Seguros S.A., por seus procuradores, senhores Arnaldo Pereira e Ismael Ferraz. **Declaração:** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Ismael Ferraz - Secretário. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o deferimento em 29.01.2016 e o registro sob número 0000265102. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário-Geral.

Id: 1932392

BRADESCO SAÚDE S.A.

CNPJ nº 02.693.118/0001-60 - NIRE 33.300.159.541
Grupo Bradesco Seguros

Ata Sumária da 130ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29.12.2015. **Data, Hora e Local:** Em 29.12.2015, às 17h30, na sede social, Rua Barão de Itapagipe, 225, parte, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20261-901. **Mesa:** Presidente: Arnaldo Pereira; Secretário: Ismael Ferraz. **Quorum de Instalação:** Totalidade do Capital Social. **Edital de Convocação:** Dispensada a publicação, de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Deliberação:** É aprovada, sem qualquer alteração ou ressalva, a proposta da Diretoria, registrada na Reunião daquela Órgão de 18.12.2015, às 17h, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, para aumentar o Capital Social no valor de R\$ 285.000.000,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões de reais), elevando-o de R\$ 2.820.000.000,00 (dois bilhões, oitocentos e noventa e dois milhões de reais) para R\$ 3.057.000.000,00 (três bilhões e cinquenta e sete milhões de reais), com a emissão de 374.710 (novocentas e trinta e quatro mil, setecentas e dez) novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 283.510,2225 cada uma, com integralização à vista, no ato da subscrição, de 100% do valor das ações subscritas. Na sequência dos trabalhos, os representantes legais da Bradesco Seguros S.A., única acionista da Sociedade, assinam o respectivo Boletim de Subscrição, subscrivendo as 374.710 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, e integrando no ato, em moeda corrente nacional. Em seguida, disse o senhor Presidente que, considerando a aprovação da proposta, com a subscrição e integralização do aumento do capital, a redação do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social passará a ser a seguinte: "Artigo 6º O Capital Social é de R\$ 3.057.000.000,00 (três bilhões e cinquenta e sete milhões de reais), dividido em 16.395.645 (dezesseis milhões, trezentos e noventa e cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal". Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encaminhou que, para a deliberação tomada o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata, sendo aprovada por todos e assinada a) Presidente: Arnaldo Pereira; Secretário: Ismael Ferraz; Acionista: Bradesco Seguros S.A., por seus procuradores, senhores Arnaldo Pereira e Ismael Ferraz. **Declaração:** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Ismael Ferraz - Secretário. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o deferimento em 29.01.2016 e o registro sob número 0000265102. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário-Geral.

Id: 1932390

BRADESCO SAÚDE S.A.

CNPJ nº 02.693.118/0001-60 - NIRE 33.300.159.541
Grupo Bradesco Seguros

Ata Sumária da 128ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18.12.2015. **Data, Hora e Local:** Em 18.12.2015, às 17h30, na sede social, Rua Barão de Itapagipe, 225, parte, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20261-901. **Mesa:** Presidente: Arnaldo Pereira; Secretário: Ismael Ferraz. **Quorum de Instalação:** Totalidade do Capital Social. **Edital de Convocação:** Dispensada a publicação, de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Deliberação:** É aprovada, sem qualquer alteração ou ressalva, a proposta da Diretoria, registrada na Reunião daquela Órgão de 18.12.2015, às 17h30, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, para aumentar o Capital Social no valor de R\$ 285.000.000,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões de reais), elevando-o de R\$ 2.820.000.000,00 (dois bilhões, oitocentos e noventa e dois milhões de reais) para R\$ 3.057.000.000,00 (três bilhões e cinquenta e sete milhões de reais), com a emissão de 374.710 (novocentas e trinta e quatro mil, setecentas e dez) novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 283.510,2225 cada uma, com integralização à vista, no ato da subscrição, de 100% do valor das ações subscritas. Na sequência dos trabalhos, os representantes legais da Bradesco Seguros S.A., única acionista da Sociedade, assinam o respectivo Boletim de Subscrição, subscrivendo as 374.710 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, e integrando no ato, em moeda corrente nacional. Em seguida, disse o senhor Presidente que, considerando a aprovação da proposta, com a subscrição e integralização do aumento do capital, a redação do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social passará a ser a seguinte: "Artigo 6º O Capital Social é de R\$ 3.057.000.000,00 (três bilhões e cinquenta e sete milhões de reais), dividido em 16.395.645 (dezesseis milhões, trezentos e noventa e cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal". Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encaminhou que, para a deliberação tomada o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata, sendo aprovada por todos e assinada a) Presidente: Arnaldo Pereira; Secretário: Ismael Ferraz; Acionista: Bradesco Seguros S.A., por seus procuradores, senhores Arnaldo Pereira e Ismael Ferraz. **Declaração:** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Ismael Ferraz - Secretário. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o deferimento em 29.01.2016 e o registro sob número 0000265102. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário-Geral.

Id: 1932390

SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações	1
Associações, Sociedades e Firms	1
Avisos, Editais e Termos	3
Associações, Sociedades e Firms	3
Extravio de Documentos	5
Órgãos de Representação Profissional	5

da Sociedade, juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 283.000.000,00 (duzentos e oitenta e três milhões de reais) por conta do resultado do exercício de 2015. O pagamento será feito até 31.12.2016, pelo valor líquido de R\$ 223.550.000,00 (duzentos e vinte e três milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), já deduzido o imposto de Renda na Fonte de 15% (quinze por cento). Os referidos juros sobre o capital próprio serão computados no cálculo do dividendo mínimo obrigatório do exercício, previsto no Estatuto Social. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata, sendo aprovada por todos e assinada. a) Presidente: Arnaldo Pereira; Acionista: Bradesco Seguros S.A., representada por seus procuradores, senhores Arnaldo Pereira e Arnaldo Pereira. **Declaração:** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Arnaldo Pereira - Secretário. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o deferimento em 29.01.2016 e o registro sob número 0000265101. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário-Geral.

Id: 1932389

VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S/A

CNPJ Nº 02.536.066/0001-26 - Nire 3330016741-2

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2015. 1. LOCAL, DIA E HORA: Sede da Vital Engenharia Ambiental S/A (Companhia), na Rua Santa Lucia, 551 21º andar - parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ, no dia 17 de dezembro de 2015, às 15:30 horas. 2. CONVOCAÇÃO E PRESEÇA: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença dos acionistas que representam a totalidade do capital social, na forma do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. 3. MESA: Presidente: José Eduardo Sampaio e Secretário: Amílcar Bastos Falcão. 4. ORDEM DO DIA: Exame, discussão e votação acerca do saldo de dividendos a pagar, resultante de lucros de exercícios anteriores, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2015. 5. DELIBERAÇÕES: Por unanimidade, os acionistas decidiram que o saldo de dividendos a pagar, no valor de R\$ 17.817.489,16 (dezesseis milhões, oitocentos e dezesseis mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos), resultante de lucros de exercícios anteriores, conforme deliberação descrita no item 5(d) da Ata da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2015, deverá permanecer na conta de reserva de lucros anteriores. 6. ENCERRAMENTO E DATA: Nada mais havendo a tratar, foi a presente Ata aprovada. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2015. 7. ASSINATURAS: Presidente: José Eduardo Sampaio e Secretário: Amílcar Bastos Falcão. Queiroz Galvão S.A., p.p. Bartolomeu Charles Lima Braderes e Amílcar Bastos Falcão; e Gama Fundo de Investimentos em Participações, p.p. Oliveira Trust Services S.A., Assessor. Confere com o original lavrado no livro próprio. Amílcar Bastos Falcão - Secretário da Mesa. Certidão - Jucerfa - Registrada sob o nº 0000266271 em 22/01/2016 - Bernardo F. S. Berwanger - Secretário-Geral.

Id: 1932330

MASSARJO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

CNPJ No. 04.853.355/0001-84

ATA LAVRADA NA FORMA DE SUMÁRIO DA REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2015

DATA, HORA E LOCAL: Aos 21 de Dezembro de 2015, às 10:00 horas, na sede social sita à Rua São José, nº 90, Sala 1903 - parte - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20010-020.

PRESEÇAS: sócios quotistas, representando a totalidade do capital social.

INSTALAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA MESA: MOYSES LEVY LIBERBAUM, Presidente e SILVIA JEANETTE EISENSTEIN, Secretária. **CONVOCAÇÃO:** Convocados por carta, compareceram quotistas representando a totalidade do Capital Social.

ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES TOMADAS:

(1) Foi aprovado por unanimidade a redução do número de quotas representativas do Capital Social e também a elevação do valor nominal unitário de cada uma das quotas representativas do capital social, que antes estava dividido em 8.000.000 (oito milhões) de quotas no valor nominal de R\$ 0,32 (trinta e dois centavos) cada uma e agora estará representado por 2.560.000 (dois milhões, quinhentos e sessenta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real), permanecendo inalterado o valor total do capital social - que, assim, continuará sendo R\$ 2.560.000,00 (dois milhões, quinhentos e sessenta mil reais) - e também mantido inalterado o percentual de participação de cada sócio no capital social (o Sócio MOYSES LEVY LIBERBAUM, detinha 7.820.000 quotas, no valor unitário de R\$ 0,32 cada uma, perfazendo R\$ 2.534.400,00, representando 99% do total do capital social e agora passará a ter 2.534.400 quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 cada uma, perfazendo o mesmo total de R\$ 2.534.400,00 e a sócia SILVIA JEANETTE EISENSTEIN, detinha 80.000 quotas, no valor unitário de R\$ 0,32 cada uma, perfazendo R\$ 25.600,00, representando 1% do total do capital social e agora passará a ter 25.600 quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 cada uma, perfazendo o mesmo total de R\$ 25.600,00 de quotas.

(2) Em decorrência dessa alteração será modificada o artigo 5º do contrato social que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "ARTIGO 5º O Capital Social é de R\$ 2.560.000,00 (dois milhões, quinhentos e sessenta mil reais) dividido em 2.560.000 (dois milhões, quinhentos e sessenta mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, assim distribuídas: Sócio MOYSES LEVY LIBERBAUM, com 2.534.400 quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, perfazendo R\$ 2.534.400,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e quatro mil e quatrocentos reais) e a sócia SILVIA JEANETTE EISENSTEIN, com 25.600 quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, perfazendo R\$ 25.600,00 (vinte e cinco mil e sessenta reais)".

de uma, perfazendo R\$ 25.600,00 (vinte e cinco mil e sessenta reais), somando o Capital Social o total de R\$ 2.560.000,00, representado por 2.560.000 quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada uma.

(3) Em nova deliberação dos sócios-quotistas presentes a Reunião, foi aprovado por unanimidade a elevação do Capital Social no montante de R\$ 1.640.000,00 (hum milhão, seiscentos e quarenta mil reais), com a consequente criação de 1.640.000 (hum milhão, seiscentos e quarenta mil) novas quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, quotas essas que serão subscritas pelos atuais sócios-quotistas em proporção de suas participações societárias de cada quotista na totalidade do capital social, cabendo ao sócio MOYSES LEVY LIBERBAUM 1.623.800 quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, perfazendo o total de R\$ 1.623.800,00 e a sócia SILVIA JEANETTE EISENSTEIN 16.200 quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, perfazendo o total de R\$ 16.200,00. Importâncias essas que serão integralizadas neste ato pelos sócios-quotistas em moeda corrente nacional, somando o capital social e partir do aumento ora aprovado a importância de R\$ 4.200.000,00.

(4) Em decorrência dessa alteração foi aprovada a modificação do artigo 5º do contrato social que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "ARTIGO 5º O Capital Social é de R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais) dividido em 4.200.000 (quatro milhões e duzentos mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, assim distribuídas: Sócio MOYSES LEVY LIBERBAUM, com 4.158.000 quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, perfazendo o total de R\$ 4.158.000,00 (quatro milhões, cento e cinquenta e oito mil reais) e a sócia SILVIA JEANETTE EISENSTEIN, com 42.000 quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, perfazendo o total de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), num total de 4.200.000 quotas, com valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, somando o Capital Social 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais), representado por 4.200.000 quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada uma".

ATA EM FORMA DE SUMÁRIO: Foi autorizada a redação neste formato.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, após lida e aprovada por unanimidade, vai assinada por mim, Secretário, pelo Presidente e pelos sócios-quotistas presentes, ficando o administrador da sociedade autorizado a publicação desta ata e ao arquivamento desta ata e da alteração do contrato perante o Órgão Registro de Comércio.

ASSINATURAS: Presidente: MOYSES LEVY LIBERBAUM; Secretária: SILVIA JEANETTE EISENSTEIN; Sócios - Quotistas: MOYSES LEVY LIBERBAUM e SILVIA JEANETTE EISENSTEIN.

A presente constitui cópia fiel do original lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões de Quotistas.

Rio de Janeiro, 21 de Dezembro de 2015

MOYSES LEVY LIBERBAUM SILVIA JEANETTE EISENSTEIN

Id: 1931975

CONSUL DEFESA E TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/NIF nº 22.487.590/0001-77 - NIRE nº 33.300.16272

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30/01/2015. 1. **Data, Hora e Local:** Aos 30/01/2015, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Rio Branco, nº 108, 28º andar, parte, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.040-001. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença de acionistas representando 100% do capital social, na forma do §4º do artigo 124 da Lei 6.404/76. 3. **Mesa:** Presidente: Ricardo Martins Albuquerque; Secretário: Aloisio Gomes Sales. 4. **Ordem do Dia:** 4.1. Examinar, discutir e deliberar sobre o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da SIEM Offshore do Brasil S.A. (CNPJ/NIF nº 27.596.568/0001-73) e Incorporação da Parcela Cindida pela Consul Defesa e Tecnologia S.A. ("Protocolo e Justificação"), firmado em 30/10/2015 pelas administrações de ambas as companhias; 4.2. Ratificar a nomeação e contratação da GSRA Consultoria Empresarial, com escritório na Av. Rio Branco, nº 116, 15º andar, parte, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/NIF sob o nº 02.880.642/0001-58 e no CRC-RJ sob o nº RJ-0031600-7 ("Empresa Avaliadora"), para a avaliação da parcela cindida da SIEM Offshore do Brasil S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Rio Branco, nº 108, 28º andar, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/NIF sob o nº 27.596.568/0001-73 ("SIEM") a ser incorporada pela Companhia; 4.3. Apreciar e deliberar sobre o laudo de avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora ("Laudo de Avaliação"); 4.4. Deliberar acerca da incorporação da parcela cindida da SIEM, incluindo notadamente atos da defesa, contratos com a administração pública e licenças ("Contratos e Licenças"), nos termos do Protocolo e Justificação; 4.5. Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia no valor da parcela incorporada da SIEM; e 4.6. Autorizar a prática, pelos administradores da Companhia, dos atos necessários à consumação da incorporação da parcela cindida. 5. **Deliberações Unâneas:** 5.1. Foi aprovado, em todos os seus termos, o Protocolo e Justificação, no qual são descritas as condições referentes à operação de cisão parcial da SIEM e incorporação da parcela cindida pela Companhia, nos termos descritos no documento que compõe o Anexo I desta Ata. 5.2. Foi ratificada a nomeação e contratação da Empresa Avaliadora para proceder à elaboração do Laudo de Avaliação da parcela cindida da SIEM pelo seu respectivo valor contábil, de acordo com o balanço levantado pela referida companhia na data-base de 30/09/2015 para fins de sua cisão parcial. 5.3. Foi aprovado o Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora, a qual, na data-base de 30/09/2015 avaliou a parcela cindida da SIEM em R\$ 6.538.850,53, sendo tal parcela cindida incorporada pela Companhia. O mencionado Laudo de Avaliação compõe o Anexo 4.2 do Protocolo e Justificação aprovado acima, o qual, por sua vez, constitui o Anexo II desta Ata. 5.4. Foi aprovada a incorporação da parcela cindida da SIEM pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação e do Laudo de Avaliação. Em decorrência da cisão parcial da SIEM, com versão da parcela cindida a Companhia nos termos ora aprovados, a Companhia será responsável apenas pelas obrigações que lhe foram transferidas, sem solidariedade com a SIEM, nos termos do art. 233, parágrafo único da Lei nº 6.404/76. 5.5. Em razão da incorporação da parcela cindida da SIEM pela Companhia, o capital social desta Companhia será aumentado em R\$ 2.838.460,63, com a emissão de 8.838.460 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pelos acionistas de SIEM, na proporção de suas participações societárias, e integralizadas com o patrimônio líquido da Companhia em função da incorporação, conforme descrito na subscritura em anexo (Anexo III) e 6.8. Cópia integralizada no livro próprio.

76





Associações, Sociedades e Firms

Id: 1932392

Id: 1932390

La - economista

Id. 1932389

id: 1072220

Id: 1031036

07

Minuta de Acordo



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 17ª VARA CIVIL DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA / PB

Autos do processo n.º 0822512-97.2019.8.15.2001

BRADESCO SAUDE S/A, por seus advogados legalmente constituídos, nos autos da ação em epígrafe, que lhe move MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONCA, também qualificada, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, informar que, de comum acordo, nos termos dos artigos 840, 842 e 849 do Código Civil em vigor, convencionaram o seguinte:

A primeira nomeada concorda em acatar os termos da decisão antecipatória de tutela, autorizando e custeando o medicamento prescrito pelo médico, qual seja, Remicade 300 mg, para tratamento de acordo com o esquema indicado, decisão esta que está sendo integral e devidamente cumprida pela seguradora.

Ressaltamos que o tratamento será prestado enquanto a apólice estiver ativa. No caso de cancelamento, seja pela seguradora ou pelo estipulante, o tratamento será interrompido, cessando as responsabilidades da seguradora.

Clausula 1ª - Para por fim à presente demanda, a BRADESCO SAUDE S/A, neste ato concorda e se obriga expressamente a:

1) Efetuar o pagamento da quantia de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), que engloba todas as verbas discutidas neste processo, devidamente atualizadas, integrando a SATISFAÇÃO TOTAL do objeto da presente ação.

- 1 -

São Paulo
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1485 - Torre Norte | 16º Andar | CEP: 01452-002
Telefone: +55 (11) 3093-4000
FAX: +55 (11) 3093-4142
www.mandaliti.com.br

Scanned by CamScanner



Parágrafo Primeiro - O referido valor será pago pela **BRABESCO SAUDE S/A**, em até 15 (quinze) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente à data do protocolo nos autos.

Parágrafo Segundo - O pagamento do valor de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**, será realizado mediante um único depósito na conta da autora **MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONCA**, CPF: 364.836.134-15, Banco do Brasil, agência 3502-5, conta corrente 4880-1, valendo o comprovante de depósito como recibo de pagamento.

Parágrafo Terceiro - No caso de o prazo fatal não recair sobre dia útil, o pagamento do acordo será realizado no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Quarto - Fica acordado que qualquer incorreção dos dados fornecidos para o mencionado depósito que eventualmente impeça que este seja efetuado na data ajustada, por meio de transferência eletrônica, será de responsabilidade exclusiva do titular da conta mencionada na presente e exonerará a ré de qualquer prejuízo daí decorrente, tendo a requerida prazo suplementar de 20 (vinte) dias úteis para efetuar o pagamento por meio de um único depósito judicial, valendo o recibo de depósito como comprovante de pagamento.

Cláusula 2ª - Com o recebimento enunciado no item 1, a autora **MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONCA** e seus advogados, concedem à **BRABESCO SAUDE S/A** ampla, geral irrestrita e irrevogável quitação nada mais tendo a reclamar, a qualquer título, no presente ou no futuro, em Juízo ou fora dele, a eventuais danos materiais, morais, multa de qualquer natureza, inclusive a multa do art. 523, § 1º do CPC, obrigando-se a fazer o presente sempre firme, bom e valioso, conforme o artigo 840, do Código Civil Brasileiro, reconhecendo como adimplido a totalidade dos valores discutidos a presente, relacionados ao processo sob nº 0822512-97.2019.8.15.2001 que tramitou perante a 17ª VARA CIVIL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA / PB, bem como ao evento relatado na inicial.

Cláusula 3ª - A respectiva transação ocorre antes de sentença, ficando as partes dispensadas do pagamento de eventuais custas remanescentes, nos termos do artigo 90, §3 do Código de Processo Civil.

Cláusula 4ª - Requer também a isenção do pagamento quanto as custas iniciais. Subsidiariamente não sendo este o entendimento deste juízo, requer a aplicação do artigo 90, §2º, do Código de Processo Civil.

Cláusula 5ª - A presente avença é celebrada em caráter irrevogável e irrevogável, obrigando as partes por si, seus herdeiros e sucessores.

Cláusula 6ª - Neste ato, os advogados das partes ratificam seus poderes acima mencionados para transacionar, receber e dar quitação.

Cláusula 7ª - Declaram ainda parte autora e seus advogados, que são os únicos mandatários mandatária nos presentes autos, nos termos da procuração acostada.

Cláusula 8ª - Desde já as partes abrem mão do prazo para interpor recurso contra a decisão que homologar o presente acordo, requerendo o seu imediato trânsito em julgado.

- 2 -

São Paulo
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1485 - Torre Norte | 16º Andar | CEP: 01452-002
Telefone: +55 (11) 3093-4000
FAX: +55 (11) 3093-4142
www.mandaliti.com.br

Scanned by CamScanner



PELO EXPOSTO, as partes requerem que Vossa Excelência se digne acatar esta petição de acordo de 03 (três) laudas, impressas apenas no anverso, homologando-o, determinando a extinção do processo com a devida baixa e o cancelamento do feito na distribuição.

Requer, outrossim, que todas as intimações pessoais e na Imprensa Oficial em nome da ré sejam feitas, SOB PENA DE NULIDADE, somente em nome do seguinte advogado: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI OAB/PB 178.033 A, com escritório na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1485, Torre Norte, 16º andar, São Paulo - SP - CEP 01452-002, sob pena de nulidade dos atos que vierem a ser praticados.

Termos em que, pedem deferimento.
João Pessoa/PB, 2 de julho de 2019.

BRUNO CAMPOS LIRA
OAB/PB 16871

BRANCO SAUDE S/A
OAB/PB

- 3 -

São Paulo
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1485 - Torre Norte | 16º Andar | CEP: 01452-002
Telefone: +55 (11) 3093-4000
FAX: +55 (11) 3093-4142
www.mandaliti.com.br

Scanned by CamScanner



Petição em anexo.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUÍZO CEJUSC do FORO da comarca
de JOÃO PESSOA/PB

PROCESSO N.º 0822512-97.2019.8.15.2001

BRADESCO SAÚDE S/A, já qualificada nos autos da ação em epígrafe, que lhe move **MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONCA**, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência por seus advogados infra-assinados, requerer a juntada do comprovante de depósito referente ao acordo entabulado entre as partes, no valor total de **R\$ 4.000,00** para todos os fins de direito.

Diante do exposto, requer a extinção da presente demanda, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea b, do Código de Processo Civil, e consequente remessa dos autos ao arquivo.

Por derradeiro, requer que todas as publicações veiculadas no Diário Oficial, intimações e qualquer ato de comunicação no presente processo sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome do patrono: **Dra. KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - OAB/PB 178.033 A** com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485, torre norte, 16º andar, São Paulo, SP, CEP 01452-002, sob pena de nulidade dos atos que vierem a ser praticados, em consonância com o disposto no parágrafo 1º do artigo 236 do código de processo civil.

Termos em que,

Pede deferimento.

João Pessoa/PB, 19 de agosto de 2019.


RENATO TADEU RONDINA MANDALITI
OAB/SP N.º 115.762

Bauru
Av. Getúlio Vargas, nº 303
Vila Guedes de Azevedo
• CEP: 17017-000
• Fone/Fax: +55 (14) 3235-0800

São Paulo
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1485 • 16º Andar
Cond. Mário Garnero • Torre norte
Jd. Paulistano • CEP: 01452-002
• Fone: +55 (11) 3093-4000



15/07/2019

Banco Bradesco S/A

Consultar Pagamentos Individuais - Favorecido

1 - Pesquisar 2 - Detalhar

CLIENTE:

CPF/CNPJ: **092.693.118/0001-60** Nome/Razão Social: **BRADESCO SAUDE S/A**
Empresa Gestora do Contrato: **BANCO BRADESCO S.A.** Número do Contrato: **300466**
Descrição do Contrato: **MULTIPAG BRADESCO** Situação: **ATIVO**

CONTA DE DÉBITO:

Banco: **237 - BANCO BRADESCO S.A.** Agência: **1-9 - MATRIZ** Conta: **265294-3**
Tipo: **CONTA CORRENTE**

FAVORECIDO:

Número de Inscrição: **364.836.134-15** Tipo: **CPF**
Nome: **MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE** Código:
Banco: **1 - BANCO DO BRASIL S.A.** Agência: **3502-5 - TORRE-JOAO PESSOA** Conta: **4880-1**
Tipo: **CONTA CORRENTE**

PAGAMENTO:

Tipo de Serviço: **Pagamento de Fornecedores** Modalidade: **TED**
Remessa: **34452** Lote: **4**
Número do Pagamento: **2020037734** Lista de Débito:
Data do Agendamento: **12/07/2019** Data do Vencimento: **12/07/2019**
Data do Pagamento: **12/07/2019** Data de Devolução/Estorno:
Data de Emissão do Documento: **12/07/2019**
Data de Pagamento do Floating: Data de Efetivação de Floating:
Quantidade de Moeda: **0,00**
Valor Agendado: **4.000,00** Valor Efetivado: **4.000,00**
Valor do Documento: **4.000,00**
Valor Desconto: **0,00** Valor Abatimento: **0,00**
Valor Multa: **0,00** Valor Mora: **0,00**
Valor IR: **0,00** Valor ISS: **0,00**
Valor IOF: **0,00** Valor INSS: **0,00**
Valor do Floating: **0,00**
Outras Deduções: **0,00** Outros Acréscimos: **0,00**
Tipo de Moeda: **REAL/BRASIL**
Situação do Pagamento: **PAGO**
Motivo da Situação do Pagamento:
Operação de DCOM: **0** Situação de DCOM: **NAO PASSIVEL DE ANTECIPACAO**
Descrição do Pagamento:
Número do Documento: **6899819** Tipo de Documento: **NOTA FISCAL/FATURA** Série do Documento:
Uso da Empresa: **3700008683**
Mensagem Primeira Linha de Extrato:
Mensagem Segunda Linha de Extrato:
Banco Crédito: **1** Código ISPB: **00000000** Nome Banco Crédito: **BANCO DO BRASIL S.A.**
Agencia Crédito: **3502-5 - TORRE-JOAO PESSOA** Conta Crédito: **4880-1**
Tipo de Conta Crédito: **CONTA CORRENTE**
Câmara Centralizadora: **18** Finalidade TED: **00005 - PGTO DE FORNECEDORES**
Identificação Transferência: **DIFERENTES TITULARIDADES** Identificação Titularidade: **TITULARIDADE DIFER.**
Identificação Depósito Judicial:

Data Hora Inclusão: **12/07/2019 - 08:47:40** Usuário:
Tipo Canal: **127 - PROCESSAMENTO BATCH MASSIVO** Complemento: **127PGITC265PGIT014020190712084738755755**

Data Hora Manutenção: Usuário:
Tipo Canal: Complemento:

[voltar](#)

Substabelecimento



SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva de iguais para mim, nas pessoas de:

KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI

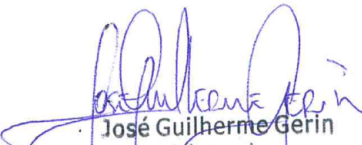
OAB/PB 178.033

todos com escritórios na Rua Maciel Pinheiro, n.º 102 - 5.º Andar, Salas 51/57, Centro - CEP 58.400-100 - Campina Grande/PB, os poderes que me foram conferidos por BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS, nos autos da ação que lhe move **MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONCA**, processo n.º 0822512-97.2019.8.15.2001, em trâmite perante o CEJUSC do FORO da comarca de JOÃO PESSOA/PB.

Termos em que,
pede deferimento.

São Paulo, 19 de agosto de 2019.


RENATO TADEU RONDINA MANDALITI
OAB/SP N.º 115.762


José Guilherme Gerin
Advogado
OAB/SP 264.515

Bauru
Av. Getúlio Vargas, nº 303
Vila Guedes de Azevedo
• CEP: 17017-000
• Fone/Fax: +55 (14) 3235-0800

São Paulo
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1485 • 16º Andar
Cond. Mário Garnero • Torre norte
Jd. Paulistano • CEP: 01452-002
• Fone: +55 (11) 3093-4000



TERMO DE AUDIÊNCIA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
FÓRUM CÍVEL DA CAPITAL
CENTRO DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO CÍVEL
Av. João Machado, s/n, Centro, João Pessoa – PB. Telefone: 3208-2532

PROCESSO: 0822512-97.2019.8.15.2001

VARA DE ORIGEM: 17ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

AUTOR: MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONCA

RÉU: BRADESCO SAUDE S/A

PRESENTES À AUDIÊNCIA

RÉU: BRADESCO SAUDE S/A

ADVOGADO(A) DO RÉU: MARIZA DE LOURDES LOPES CAVALCANTI MELO OAB/PB: 14056

PREPOSTO(A): THAYNA VICTORIA SANTA ROSA GOMES CPF:079.534.464-30

AUSENTES À AUDIÊNCIA

AUTOR(A): MARIA CRISTINA ARAUJO DO VALE MENDONCA

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Aos 21 de agosto de 2019, às 15 h:30 min, foi aberta audiência de tentativa de conciliação, porém a ausência da parte AUTORA impossibilitou a tentativa de conciliação.

E nada mais havendo a tratar, encerra-se o presente termo, que lido e achado conforme, retorna para Vara de origem devidamente assinado pelos presentes.

João Pessoa, em 21 de agosto de 2019 .


RÉU

ADVOGADO DO RÉU




CONCILIADOR/MEDIADOR



carta de cit e int. devolvida devidamente cumprida.



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

DEADSCOR SAUDE SA

ENDEREÇO / ADRESSE

R. ANA MARIA 225 RIO COMPRIDO

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITÉ

UF

PAÍS / PAYS

20265-000

RIO DE JANEIRO

RJ BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (21/08/2019 35:30)

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION

19 JUN. 2019

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

Luiz Antonio Alves de Carvalho
Mat. 00005 Expediente Geral

ALO 89858261



IO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

FC0463 / 16

114 x 186 mm



Assinado eletronicamente por: MARIA DE LOURDES GONDIM - 23/08/2019 09:29:41

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19082309294105800000023036219>

Número do documento: 19082309294105800000023036219

